



2013



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ciências Sociais e Humanas

Desporto Escolar no Distrito de  
Castelo Branco

## Desporto Escolar no Distrito de Castelo Branco

Uma Análise à sua Implementação nos Períodos  
2007-2009 e 2009-2013

**Armando Luís Barata Riscado**

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em  
**Ensino de Educação Física nos Ensinos  
Básico e Secundário**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Júlio Manuel Cardoso Martins

**Covilhã, junho de 2013**

Armando Riscado





**UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR**

**Ciências Sociais e Humanas**

## **Desporto Escolar no Distrito de Castelo Branco**

**Uma Análise à sua Implementação nos Períodos  
2007-2009 e 2009-2013**

**Armando Luís Barata Riscado**

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em  
**Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Júlio Manuel Cardoso Martins

**Covilhã, junho de 2013**

Dedico este trabalho à minha esposa e filhos, que são para mim a razão final de todos os objetivos que me proponho alcançar.

# Agradecimentos

A concretização deste trabalho constitui mais um marco importante na minha realização pessoal e profissional, não sendo possível a sua realização sem o apoio de todos aqueles que direta e indiretamente, se prestaram a colaborar e aos quais gostaria de manifestar os meus sinceros agradecimentos.

Ao meu orientados, professor Doutor Júlio Manuel Cardoso Martins, pela sua orientação e encorajamento manifestado desde o início do projeto, sobretudo, pela sua disponibilidade em ajudar sempre que precisei, assim como, pelos seus ensinamentos e contributo prestado em especial, os relacionados com o Desporto Escolar, no seu interesse pelo conhecimento desta temática.

Ao Professor António Rosa, que foi a pessoa que me incentivou desde o início a concorrer para a realização deste mestrado e que me apoiou tanto em material bibliográfico como em motivação.

À Divisão do Desporto Escolar, na pessoa do Professor Jorge Rafael, que me facultou dados e documentos imprescindíveis para a realização deste trabalho.

À Direção de Serviços da Região Centro, em especial ao coordenador Regional do Desporto Escolar, Dr. José Carlos Mairós, que me facultou documentação e o acesso aos dados que serviram de base para este trabalho.

De uma forma geral, agradecer a todos os amigos que durante a realização deste trabalho me incentivaram e ajudaram.

# Resumo

O Desporto Escolar é a atividade de complemento curricular, voluntária, que permite aos alunos a prática de atividades desportivas, em ambiente educativo, com a orientação de professores, podendo-se configurar para muitos jovens como a principal possibilidade para poderem participar em quadros competitivos de forma regular. (Ministério da Educação - DGDIC: "Jogar pelo Futuro - Medidas e Metas para a década, 2003, p.4)

Numa altura em que se torna fundamental a qualidade do desenvolvimento do Programa do Desporto Escolar no sistema educativo e a ausência de estudos no distrito de Castelo Branco neste âmbito, o objetivo do nosso trabalho, procura levar a cabo uma análise do desenvolvimento deste projeto no distrito de Castelo Branco, nos períodos de 2007/2009 e 2009/2013, tendo em conta os respetivos programas do Desporto Escolar. Deste modo, por um lado, procuramos conhecer com objetividade os dados da implementação destes dois programas no contexto do sistema educativo ao nível da atividade externa, e por outro, pela análise e interpretação desses mesmos dados, contribuir no futuro para uma melhor implementação e adequação dos objetivos do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco.

A amostra deste estudo é constituída por todos os alunos praticantes (inscritos nos grupos/equipa), envolvidos na atividade externa do Desporto Escolar do distrito de Castelo Branco. Os dados referem-se aos clubes do Desporto Escolar das Escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino Básico e do Ensino Secundário, do setor público e do setor privado, do distrito de Castelo Branco.

Estando conscientes de que existe uma situação de fraco posicionamento cultural do Desporto na sociedade portuguesa, sendo o desporto mais olhado e menos praticado<sup>1</sup>, os resultados obtidos neste estudo, proporcionam uma ferramenta para que possamos através de um conhecimento claro da realidade atual, podemos dizer que no distrito de Castelo Branco, ao nível do envolvimento de alunos na atividade externa do Desporto Escolar, durante a aplicação dos Programas 2007/2009 e 2009/2013, apesar do número de unidades de gestão terem vindo a diminuir, o número de grupos/equipa ter vindo a diminuir, o número de crédito letivo para o desenvolvimento da atividade externa do Desporto Escolar ter vindo a diminuir e o financiamento ser irregular ao longo dos anos, o envolvimento dos alunos teve sempre um crescimento positivo, com a exceção do ano letivo de 2012/2013, pelo facto de ter havido a formação de três mega agrupamentos. No entanto a percentagem média de envolvimento na atividade externa do Desporto Escolar atinge os 29,85% nos últimos dois anos letivos (2011/2012 e 2012/2013), dos alunos matriculados no distrito de Castelo Branco com acesso à atividade externa do Desporto Escolar. Sendo o índice de participação desportiva em Portugal de 23%<sup>2</sup>, consideramos que vamos no bom caminho.

**Palavras-chave:** Desporto Escolar, praticantes, Modalidades Desportivas; Grupos/Equipa; Atividade externa.

---

<sup>1</sup> Ministério da Educação (2003). Documento Orientador do Desenvolvimento do Desporto Escolar: Jogar pelo Futuro Medidas e Metas para a Década. (p.4)

<sup>2</sup> Sousa, J. (2006). Desporto Escolar: um instrumento estratégico para o desenvolvimento de Portugal. Recuperado em 2013, fevereiro 16, de [http://www.congressododesporto.gov.pt/ficheiros%5CContributo\\_Desp.Escolar\\_JorgeSousa.pdf](http://www.congressododesporto.gov.pt/ficheiros%5CContributo_Desp.Escolar_JorgeSousa.pdf).

# Abstract

School Sport is an unconstrained extra-curricular activity that allows the students to practice sports activities in an educational environment under teachers' guidance, and which can constitute the main possibility for many young people to take part in competitive charts regularly. (Ministry of Education - GDDCI: "Jogar pelo Futuro - Medidas e Metas para a década, 2003, p.4)

At a time when quality is fundamental in the development of School Sport Program in the educational system and the absence of studies in this area in the district of Castelo Branco, this paper aims to carry out an analysis of the development of this project in the district of Castelo Branco during the periods 2007/2009 and 2009/2013, taking into account the respective School Sport Programs. Thus, on one side, we seek to objectively know the data of the implementation of these two programs within the education system at the level of external activity and, on the other side to contribute to a better implementation and suitability of School Sport's objectives in the district of Castelo Branco in the future by analyzing and interpreting of such data, as a new national program is being prepared.

This study sample consists of the entire population of students / practitioners (enrolled in School Sport groups/team) involved in external activity of school sport in the district of Castelo Branco. These data refer to School Sport Clubs in 2nd and 3rd cycles of elementary and secondary education, in public and private schools in the district of Castelo Branco.

Being aware that there is a weak cultural position of sports in Portuguese society, where sports are more watched and less practiced<sup>3</sup>, the results obtained in this study provide a tool to have a clear understanding of the current reality. So we can say that in the district of Castelo Branco the level of involvement of students in external activities of school sport during the implementation of programs 2007/2009 and 2009/2013, although the number of management units have been decreasing, the number of groups / team have been declining, the number of academic credits for the development of external activities of school sport have been declining and the funding has been uneven over the years, the involvement of the students has always been growing, with the exception for the school year 2012/2013, due to the formation of three mega groups. However, the average involvement percentage in external activity of school sport of enrolled students with access to external activity of the School Sport reached 29.85% in the last two academic years (2011/2012 and 2012/2013) in the district of Castelo Branco. Being the sport participation rate in Portugal of 23%<sup>4</sup>, we consider that we go on track.

**Keyword:** School Sport, practitioners, Sports; Groups/Team; External Activity

---

<sup>3</sup> Ministério da Educação (2003). Documento Orientador do Desenvolvimento do Desporto Escolar: Jogar pelo Futuro Medidas e Metas para a Década. (p.4)

<sup>4</sup> Sousa, J. (2006). Desporto Escolar: um instrumento estratégico para o desenvolvimento de Portugal. Recuperado em 2013, fevereiro, de [http://www.congressododesporto.gov.pt/ficheiros%5CContributo\\_Desp.Escolar\\_JorgeSousa.pdf](http://www.congressododesporto.gov.pt/ficheiros%5CContributo_Desp.Escolar_JorgeSousa.pdf).

# Índice Geral

Dedicatória .....	iv
Agradecimentos .....	v
Resumo .....	vi
Abstract .....	vii
Índice de Gráficos .....	ix
Índice de Quadros .....	x
Índice de Figuras .....	x
Capítulo 1 - Introdução .....	1
1.1- Desporto Escolar - Enquadramento histórico e legislativo .....	2
1.2- Conceito de Desporto Escolar .....	8
1.3- Finalidades e objetivos do Desporto Escolar .....	11
1.4- Organização atual do Desporto Escolar .....	13
1.5- Organização local do Desporto Escolar .....	15
1.6- Justificação do estudo .....	16
1.7- Problema e objetivos do estudo .....	16
Capítulo 2 - Material e Métodos .....	18
2.1- Caracterização da Amostra .....	18
2.2- Recolha de dados .....	19
2.3- Análise Estatística .....	19
Capítulo 3 - Apresentação dos Resultados .....	20
3.1- Evolução de praticantes no distrito de Castelo Branco .....	20
3.2- Evolução de praticantes no distrito de Castelo Branco, Masculinos e Femininos .....	22
3.3- Evolução de praticantes no distrito de Castelo Branco, por concelho .....	22
3.4- Evolução de praticantes no distrito de Castelo Branco, por modalidade desportiva .....	24
3.5- Comparação da evolução de praticantes, por modalidade desportiva a nível nacional, o distrito de Castelo Branco, de 2007 a 2011 .....	25
3.6- Evolução dos grupos/equipa no distrito de Castelo Branco .....	26
3.7- Componente letiva da atividade externa .....	28
3.8- Participação financeira do Desporto Escolar, no distrito de Castelo Branco .....	28
Capítulo 4- Discussão dos Resultados .....	30
Capítulo 5- Conclusões .....	34
5.1 - Limitações do estudo .....	35
5.2 - Recomendações para o futuro do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco .....	36
Referências Bibliográficas .....	38

# Índice de Gráficos

<b>Gráfico 1:</b> Unidades de Gestão do distrito de Castelo Branco com adesão ao Desporto Escolar.....	15
<b>Gráfico 2:</b> Número de praticantes por ano letivo, no distrito de Castelo Branco .....	20
<b>Gráfico 3:</b> Número total de alunos matriculados por ano Letivo no distrito de Castelo Branco, do 5º ao 12º ano de escolaridade .....	21
<b>Gráfico 4:</b> Percentagem de Praticantes por ano letivo, no distrito de Castelo Branco .....	21
<b>Gráfico 5:</b> Praticantes Masculinos e Femininos no distrito de Castelo Branco .....	22
<b>Gráfico 6:</b> Relação percentual entre praticantes masculinos e femininos.....	22
<b>Gráfico 7:</b> Percentagem de praticantes / Ano letivo / Concelhos do distrito de Castelo Branco.....	22
<b>Gráfico 8:</b> Alunos matriculados / Ano letivo / Concelhos do distrito de Castelo Branco.....	23
<b>Gráfico 9:</b> Percentagem média de praticantes por concelho, de 2007 a 2013 no distrito de Castelo Branco .....	23
<b>Gráfico 10:</b> Percentagem de praticantes / Ano letivo / Modalidades .....	24
<b>Gráfico 11:</b> Percentagem média de praticantes Masculinos e Femininos de 2007 a 2013, nas diferentes Modalidades Desportivas no distrito de Castelo Branco .....	24
<b>Gráfico 12:</b> Comparação da percentagem média de praticantes de 2007 a 2011, a nível Nacional com o distrito de Castelo Branco (modalidades desportivas).....	25
<b>Gráfico 13:</b> Comparação da percentagem média de praticantes de 2007 a 2011, a nível Nacional com o distrito de Castelo Branco (modalidades desportivas), género masculino.....	25
<b>Gráfico 14:</b> Comparação da percentagem média de praticantes de 2007 a 2011, a nível Nacional com o distrito de Castelo Branco (modalidades desportivas), género feminino .....	26
<b>Gráfico 15:</b> Evolução do número de grupos/equipa .....	26
<b>Gráfico 16:</b> Evolução do número de grupos/equipa por género .....	27
<b>Gráfico 17:</b> Evolução do número de grupos/equipa por escalão etário .....	27
<b>Gráfico 18:</b> Evolução da componente letiva da atividade externa, no distrito de Castelo Branco .....	28
<b>Gráfico 19:</b> Evolução da comparticipação financeira .....	28

# Índice de Quadros

<b>Quadro 1:</b> Caracterização da amostra dos alunos praticantes de Desporto Escolar ao longo dos anos letivos de 2007/2008 a 2012/2013, na atividade externa.....	18
<b>Quadro 2:</b> Caracterização da amostra dos alunos masculinos praticantes de Desporto Escolar ao longo dos anos letivos de 2007/2008 a 2012/2013, na atividade externa .....	18
<b>Quadro 3:</b> Caracterização da amostra dos alunos femininos praticantes de Desporto Escolar ao longo dos anos letivos de 2007/2008 a 2012/2013, na atividade externa .....	19
<b>Quadro 5:</b> Percentagem de crescimento de alunos praticantes .....	21

# Índice de Figuras

<b>Figura 1:</b> Estrutura Orgânica e Funcional do Desporto Escolas atual .....	14
---	----

# Capítulo 1 - Introdução

O nosso estudo surge da necessidade de conhecer a realidade local do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco no âmbito da atividade externa. Por um lado a constatação da existência de uma elevada quantidade de dados (números) e informações disponíveis, no entanto, não organizados, podendo estes traduzir o modo como o Desporto Escolar tem vindo a desempenhar um papel de grande importância, maior que a sua própria visibilidade, enquanto meio educativo ao serviço das nossas crianças e jovens. Por outro lado, este trabalho resulta como um balanço do que aconteceu na atividade externa no distrito de Castelo Branco, durante a implementação dos dois últimos programas do Desporto Escolar.

Neste primeiro capítulo, ao falarmos do Desporto Escolar, não podíamos deixar de fazer um enquadramento histórico e legislativo, de forma a podermos posicionar-nos no momento em que nos encontramos, assim como, desenvolver o conceito de Desporto Escolar, as suas finalidades, organização atual e local do Desporto Escolar. Ainda neste primeiro capítulo, apresentamos a justificação do nosso estudo, problema e objetivos.

No segundo capítulo procedemos à apresentação da amostra, fontes e recolha de dados, assim como os procedimentos de análise estatística.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados obtidos, sob a forma de gráficos, de forma a facilitar a interpretação desses resultados. Esta exposição é a caracterização do que aconteceu no distrito de Castelo Branco, ao nível da atividade externa, ao longo dos dois últimos programas do Desporto Escolar. É apresentada também uma caracterização específica em relação aos diferentes concelhos do distrito de Castelo Branco e uma comparação ao nível das modalidades desportivas com que se passa a nível nacional.

Ainda neste capítulo, é feita uma apresentação no que se refere ao financiamento do Desporto Escolar, com especial ênfase no que se passou em relação à realidade local do distrito de Castelo Branco.

No quarto capítulo, baseando-nos na apresentação dos resultados do capítulo anterior, são apresentados sob a forma de discussão/conclusão, os pontos fortes e fracos, do que se passou na atividade externa no distrito de Castelo Branco, durante o decorrer dos dois últimos programas do Desporto Escolar.

Terminamos o nosso trabalho com o quinto capítulo, em que apresentamos um leque de sugestões baseadas nos resultados do nosso trabalho, que por um lado, poderão assumir uma função de regulação tendo em conta que a informação recolhida poderá reorientar as escolhas nos Projetos do Desporto Escolar a efetuar pelas Escolas, e por outro lado, ter uma função de previsão se as informações apresentadas forem consideradas na implementação de orientações de médio prazo, no âmbito do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco.

## 1.1- Desporto Escolar - Enquadramento histórico e legislativo

Ao longo dos tempos o Desporto Escolar teve diferentes conceptualizações e problemas, os quais não podem deixar de ser interpretados à margem do processo histórico.

Como refere Pina (1995), o Desporto Escolar tem sido ao longo dos tempos o reflexo de ideologias políticas e sociais, processo que se caracteriza pela instabilidade pela falta de definição conceptual, por falta de coerência e por uma visão analítica e partidária das práticas desportivas na escola: A dicotomia Desporto Escolar/Desporto Federado; A Educação Física versus Desporto Escolar; O sistema educativo em oposição ao sistema desportivo; As mudanças cíclicas no seu enquadramento institucional; As incoerências e incorreções em termos de políticas educativas e desportivas.

Diz-nos também Mota (1997), que o Desporto Escolar tem sido ao longo dos tempos alvo de experiências, sem que delas se tenham conhecido seriamente os seus resultados e sem que os mais diretamente interessados, as crianças e jovens, delas tenham retirado grandes benefícios. Neste sentido, para podermos dar uma resposta à evolução futura de Desporto Escolar, é de todo importante fazermos uma abordagem ao seu passado. Assim, parece-nos importante fazer uma abordagem ao seu passado histórico, a partir do 25 de abril de 1974.

Desde 1974 até aos dias de hoje, diferentes perspetivas surgiram no desenvolvimento do Desporto Escolar, variando tanto ao nível dos modelos conceptuais, como ao nível dos modelos organizativos e estes integrando tanto o âmbito do sistema desportivo federativo como o sistema educativo.

Assim, com a publicação do Decreto-Lei nº 694/74, de 5 de dezembro, foi criada a Direção Geral dos Desportos, as atribuições e competências no que se refere à orientação pedagógica da Educação Física. O artigo 6º dá a designação de "Divisão do Desporto Escolar" à "Divisão da Educação Física e Desportos da Direção-Geral dos Desportos" e "exercerá as suas funções em íntima colaboração e numa ação coordenada com os serviços de orientação pedagógica das direções-gerais de ensino que superintendem na educação física".

Refere Pina (1994, p.3), citado por Silva (2010), "a Divisão do Desporto Escolar elaborou um plano de desenvolvimento do desporto escolar que o define enquanto plano integrado em todo o conjunto de ações culturais, através da prática educativa voluntária, amadora e não discriminada da atividade desportiva, em regime de ocupação dos tempos livres". Refere ainda o mesmo autor, que era o objetivo dos responsáveis criar um "Desporto Novo para um País Novo".

Em 1976, na Constituição da República, foi consagrado o direito ao desporto como um direito fundamental de todos os cidadãos (artigo 79º). O ponto 1 do mesmo artigo afirma que " Todos têm direito à cultura e ao desporto". E ainda no ponto 2 do artigo 79º refere que "Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto".

Com base nestes princípios da constituição da República, inicia-se um caminho legislativo que termina com a passagem do Desporto Escolar da Direção-Geral dos Desportos, para as Direções-Gerais do Ensino Básico e Secundário.

Mota (1997), citado por Marreiros (2006, p.54,55), considera com a entrada em funções do XIII Governo Constitucional e no ano de 1986 com a publicação da Lei nº 46/86, de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), esta década (1976-1986) o período da dependência institucional do Desporto Escolar das Direções-Gerais Pedagógicas e da criação nas escolas dos Grupos Desportivos Escolares”.

A Portaria nº 434/78, de 2 de agosto, estabelece normas relativas aos serviços de educação Física e Desporto Escolar e reforça a integração do Desporto Escolar nas Direções-Gerais do Ensino Básico e Secundário.

A 18 de junho, é publicado o Decreto-Lei nº 150/86, que extingue os Serviços de Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar, criados pelo Decreto-Lei nº 554/77, de 31 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 197/79, de 29 de junho, “sendo as Direções-Gerais do Ensino Básico, do Ensino Secundário e do Ensino Particular e Cooperativo que devem assegurar as competências e funções que lhes estavam atribuídas em matéria de educação física curricular e à Direção-Geral dos Desportos a coordenação e o apoio das atividades desportivas não curriculares”.

Como refere Marreiros (2006, p.55), para além da extinção dos serviços citados anteriormente, é atribuído novamente à Direção-Geral dos Desportos a coordenação e o apoio das atividades desportivas não curriculares. No entanto, o que fez esta instituição foi transferir as suas responsabilidades na área do Desporto Escolar, para o sistema desportivo, com a celebração de protocolos de cooperação com algumas federações desportivas.

Este foi o período designado de Associativismo Juvenil, que assentava em três projetos: Os torneios abertos, os Clubes de Jovens e as Férias Desportivas.

Com a Lei nº 46/86, de 14 de outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo, o Desporto Escolar é colocado novamente no âmbito do sistema educativo. O artigo 48º da referida Lei é dedicado à “ocupação dos tempos livres e desporto escolar”.

Como refere o ponto 2 do artigo 48º, para além de atribuir uma nova ordem e importância ao Desporto Escolar como atividade de formação integral e de ocupação dos tempos livres, é também reconhecida a importância de se organizarem atividades de complemento curricular na escola que “...visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade”.

Ainda o ponto 5 do mesmo artigo, especifica as finalidades, objetivos e o enquadramento do Desporto Escolar: “O desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como fator de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados”.

O Despacho nº 87/ME/86, de 30 de maio, dá origem ao Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, que funcionou em regime de experiência pedagógica no âmbito do sistema educativo, que dependia funcionalmente, do Diretor-Geral do Ensino Básico e Secundário e do Diretor-Geral dos Desportos.

No Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de agosto (Reforma Curricular), como expressa o artigo 8º, nos pontos 1 e 2, que para além das atividades curriculares, os estabelecimentos de ensino deverão organizar atividades de complemento curricular, este de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, também visando a utilização criativa e formativa dos tempos livres dos educandos. Entre as atividades já referidas, integra-se o Desporto Escolar, o qual deve ser tornado gradualmente acessível a todos os alunos dos vários ciclos de ensino.

A Lei nº 1/90, de 13 de janeiro, Lei de Bases do Sistema Desportivo, salienta-se o artigo 6º, dedicado ao Desporto e Escola:

- 1 - O desporto escolar titula organização própria no âmbito do sistema desportivo e subordina-se aos quadros específicos do sistema educativo;
- 2 - A prática do desporto como atividade extracurricular, quer no quadro da escola, quer em articulação com outras entidades com atuação no domínio do desporto, designadamente os clubes, é facilitada e estimulada tanto na perspetiva de complemento educativo como na de ocupação formativa dos tempos livres;
- 3 - O Governo, com vista a assegurar o princípio da descentralização, promove a definição, com as autarquias locais, das medidas adequadas a estimular e a apoiar a intervenção destas na organização das atividades referidas no número anterior que se desenvolvam no respetivo âmbito territorial.

O Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de fevereiro, define o regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar, onde assenta o sistema Desportivo Escolar.

Este Decreto-Lei já no seu preambulo revela que "O desenvolvimento do sistema educativo nacional passa, necessariamente, por uma bem estruturada organização da Educação Física e do desporto escolar. No entanto, ao passo que a Educação Física se situa no quadro das atividades curriculares, o desporto escolar carece de tratamento próprio, em virtude de se tratar de uma atividade de complemento curricular".

Diz-nos também que "A concretização das suas finalidades determina, inequivocamente, que o desporto se integre na vida escolar, surgindo como uma componente da atividade educativa proporcionada pelo estabelecimento de ensino".

Acrescenta ainda que, "...o desporto escolar deve promover a saúde e a condição física, bem como a educação moral, intelectual e social da juventude portuguesa, no respeito absoluto pelo direito à individualidade e à diferença, partindo do princípio de que a atividade desportiva do jovem deve servir exclusivamente a sua educação, sem parcialismo e em verdadeiro espírito de cooperação". Depois de estabelecer a relação entre a Educação Física e o Desporto Escolar, este como atividade de complemento curricular, assegurando a respetiva estrutura orgânica de forma coerente e operativa desde a escola à administração central "O desporto escolar decorre, com efeito, tal como as demais atividades escolares, sob a responsabilidade dos órgãos de gestão e administração dos estabelecimentos de educação e ensino, constituindo a escola a unidade organizativa de base do desporto escolar", no entanto " ... e porque o desporto escolar

se situa no domínio da área formal das práticas desportivas, entende-se que só deve ser desenvolvido a nível de cada escola desde que estejam garantidas as condições pedagógicas, técnicas e organizacionais que salvaguardem a dignidade do ato pedagógico e desportivo”.

O Desporto Escolar é então definido no artigo 5º como: “... o conjunto das práticas lúdico-desportivas e de formação com objeto desportivo desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de atividade da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo”.

É referido também neste artigo 5º que, as atividades do Desporto Escolar decorrem nas escolas do 2º e 3º ciclos e do ensino secundário. Ao nível do 1º ciclo do ensino básico são desenvolvidas apenas atividades lúdicas de iniciação desportiva integradas no âmbito dos programas de Educação Física da respetiva área curricular ou articuladas com estes.

A inserção do Desporto Escolar a nível institucional está estabelecida no artigo 6º onde refere que ao nível central o desporto escolar é da responsabilidade da Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário, ao nível Regional o Desporto Escolar insere-se nas estruturas regionais do Ministério da Educação definidas no Decreto-Lei n.º 361/89, de 18 de Outubro, e ao nível local, o Desporto Escolar organiza-se na escola sob a responsabilidade dos respetivos órgãos de administração e gestão.

Ainda neste Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de fevereiro, no seu artigo 15º, “é criado, no âmbito da Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário, o Gabinete da Educação Física e do Desporto Escolar”.

O que parecia ser uma normalização da situação do Desporto Escolar, reforçada com a publicação da Lei nº 1/90, de 13 de janeiro (Lei de Bases do Sistema Desportivo), ainda conheceu algumas “inovações” ao sabor da vontade política vigente. (Mota, 1997)

Assim, através do Despacho nº1/SEAM/SESE/92, de 8 de janeiro, é criado um grupo de trabalho para o Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar (GTDEFDE) e extinto o anterior Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, considerando-se que não estavam reunidas as condições para aplicação do definido no já mencionado Decreto-Lei nº 95/91. (Marreiros, 2006)

Refere ainda Marreiros (2006), que seis meses depois é publicado o Despacho nº 108-A/ME/92, de 22 de julho, que extingue o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Educação Física e do desporto Escolar e é nomeada uma equipa de peritos para funcionar na dependência direta do Ministro da Educação, a qual acaba por dar origem à criação dos programas do Desporto Escolar para os anos letivos 1992/1993 e 1993/1994, procurando desenvolver os mecanismos para a criação de uma Federação para o Desporto Escolar.

Como se pode comprovar, este é um momento de grande confusão institucional, já que num período de quatro anos são conhecidas orientações de três Ministros e um Secretário de Estado, e nomeações por Despacho atrás de Despacho, de quatro grupos de trabalho sem que se tenha criado alguma mais-valia para o Desporto Escolar, e como consequência também nenhuma melhoria para a formação dos jovens. (Mota, 1997)

O Decreto-Lei nº 133/93, de 26 de abril, aprova a lei orgânica do Ministério da Educação e no seu preâmbulo pode ler-se: “A estrutura orgânica e funcional do Ministério da Educação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 3/87, de 3 de Janeiro, previa já a existência de serviços regionais, embora refletisse ainda uma conceção de gestão centralizada da educação, da ciência e do desporto. Com a evolução entretanto verificada ao nível de cada um destes sectores, encontram-se reunidas as condições para completar o processo de descentralização e desburocratização então iniciado”.

A Lei Orgânica do Ministério de Educação, a qual atribui a coordenação da Educação Física e do Desporto Escolar aos Departamentos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, este em articulação com as Direções Regionais de Educação (DRE's) através dos Serviços Centrais do Desporto Escolar. O Decreto-Lei nº 141/93, de 26 de abril, estabelece a orgânica das Direções Regionais de Educação, sendo uma competência “apoiar e acompanhar os estabelecimentos de educação e ensino nos âmbitos técnico-pedagógico e ação social escolar e de desporto escolar” (artigo 3º e 6º).

O Decreto-Lei nº 143/93, de 26 de abril, aprova a lei orgânica do Instituto do Desporto (INDESP), extingue a Direção-Geral dos Desportos e o Fundo de Fomento do Desporto. Cabe a este Instituto (INDESP), fomentar e apoiar o desporto em todos os seus níveis, criando as condições técnicas e materiais para o seu desenvolvimento (artigo 2º) e compete-lhe também “apoiar o desenvolvimento da atividade desportiva competitiva no âmbito do desporto escolar, em colaboração com as estruturas próprias existentes” (artigo 9º).

A publicação do Decreto-Lei nº 115/95, de 29 de maio, altera a Lei Orgânica do Instituto do Desporto, ex-Direção-Geral dos Desportos (DGD), recolocando o Desporto Escolar no sistema desportivo, através da criação do Gabinete de Apoio do Desporto Escolar, ainda que este desenvolva a sua atividade em coordenação com as Direções Regionais de Educação (DRE's) e os Centros de Área Educativa (CAE's). (Marreiros, 2006)

Com este Decreto-Lei nº 115/95, de 29 de maio, são alterados alguns artigos de Decreto-Lei nº143/93, de 26 de abril, e é adequada a Lei Orgânica do Instituto do Desporto, atribuindo-lhe novas responsabilidades na dinamização do Desporto Escolar e na construção de infraestruturas desportivas escolares.

Com o Decreto-Lei nº165/96, de 5 de setembro é criado no âmbito do Ministério de Educação, o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. “Este diploma procura, por um lado, consagrar um modelo de desporto escolar adequado à realidade nacional e, por outro, lançar as bases para que o desporto escolar possa efetivamente estabelecer a ligação entre os sistemas educativo e desportivo”. Cabe ainda a este gabinete “... estabelecer relações com as autarquias locais e com o movimento desportivo, nomeadamente o Comité Olímpico de Portugal, as federações e associações desportivas, tendo em vista o estabelecimento das bases de uma cooperação institucional regular e sistemática” (artigo 4º, ponto 2).

Segue-se o Decreto-Lei nº165/96, de 26 de março, que aprova a Lei Orgânica do Instituto Nacional do Desporto (IND) e é extinto o Instituto do Desporto (INDESP).

Segue-se o Decreto-Lei nº 208/2002, de 17 de outubro, este aprova a nova orgânica do Ministério da Educação, as competências do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar “conceber, coordenar e acompanhar o desenvolvimento da educação física e do desporto escolar”, são agora assumidas pela Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC).

Este Decreto-Lei, revoga ainda o Decreto-Lei nº 133/93, de 26 de abril, o Decreto-Lei nº 151/93, de 26 de abril e o Decreto-Lei nº 165/96, de 5 de setembro.

É publicado também o Decreto-Lei nº 317/2002, de 27 de outubro, onde se estabelece a distribuição de verbas das apostas mútuas para apoiar o Desporto Escolar e realiza investimento em infraestruturas desportivas escolares.

O Decreto-Lei nº 7/2003, de 7 de Maio, publicado pelo Ministério das Cidades do Ambiente e do Ordenamento do Território, vem regulamentar os concelhos municipais de educação, atribuindo-lhe entre as diferentes competências a de deliberar sobre o desenvolvimento do Desporto Escolar.

Nesta altura, surge ainda o Decreto-Lei nº96/2003, de 7 de maio, que cria o Instituto do desporto (IDP).

O Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março, estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação. No artigo 7º, ponto 2, podemos ler: “Em complemento das atividades curriculares do nível secundário de educação, compete às escolas organizar, valorizando a participação dos alunos, ações de formação cultural e de educação artística, de educação física e de desporto escolar, de forma cívica de inserção e de participação na vida comunitária, visando especialmente a utilização criativa dos tempos livres, e orientadas, em geral, para a formação integral e para a realização pessoal dos alunos”.

Este Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março, vem ainda revogar o artigo 4º do Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de fevereiro.

A aprovação da estrutura orgânica da Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular vem com o Decreto Regulamentar nº 17/2004, de 28 de abril.

Através do Despacho nº 15322/2007, de 12 de julho, são constituídas equipas multidisciplinares, funcionalmente integradas na Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) e hierarquicamente dependentes diretamente do Diretor-Geral, entre elas o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (GCDE). Este Gabinete para além de outras, tem as seguintes competências: “Planear, orientar, acompanhar, promover e avaliar os diversos programas, projetos e atividades do desporto escolar; colaborar na definição das competências e orientações curriculares e pedagógicas da educação física e do desporto escolar”.

Em conformidade com o Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de abril, que aprova o novo regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário. Este Decreto-Lei define os critérios para a participação da escola em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas.

Com a entrada do XIX Governo Constitucional de Portugal, é publicado o Decreto-Lei nº 14/2012, de 20 de janeiro, aprova a estrutura orgânica da Direção-Geral da Educação (DGE),

em conformidade com a missão e as atribuições que lhe são cometidas pela Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência.

Segue-se o Despacho nº 9486-A/2012, de 12 de julho de 2012, vem assegurar as condições e regras de execução do Programa do Desporto Escolar 2009-2013, em que pela primeira vez lhe são aplicadas as medidas de um programa plurianual, que pretende melhorar e assegurar um melhor Desporto Escolar a nível de escola, promovendo a continuidade dos diferentes grupos/equipa, como é referido no ponto 4 do referido Despacho, “para o ano letivo 2012-2013 não é aceite proposta de adesão de novos grupos/equipa ou a substituição dos existentes, salvaguardando-se o eventual ajustamento cronológico de escalão etário”.

Aportaria nº 258/2012, de 28 de agosto, determina a estrutura nuclear da Direção Geral da Educação.

Por último, o Despacho nº 13608/2012 DR. Nº 203, Série II de 19 de outubro de 2012, promove a criação de unidades flexíveis e a constituição de equipas multidisciplinares da Direção-Geral da Educação. Assim e segundo o ponto 1 - “São criadas no âmbito da Direção-Geral da Educação as seguintes unidades orgânicas flexíveis”: 1.2 - “Na dependência da Direção de Serviços de Projetos Educativos (DSPE)”: 1.2.1- “A Divisão de Desporto Escolar (DDE)”.

Cabe a esta Divisão de Desporto Escolar (DDE), no âmbito das atribuições da Direção Geral de Educação, em matéria de Desporto Escolar, desenvolver as suas atividades: “Promover o desporto escolar junto das escolas, como meio de atingir o sucesso escolar”; “Planear, orientar, acompanhar, promover e avaliar os diversos programas, projetos e atividades do desporto escolar”; “Promover e apoiar a realização de ações de formação destinadas a professores e alunos nas áreas da organização, gestão e treino das atividades desportivas escolares”; “Colaborar na definição das competências e orientações curriculares e pedagógicas da educação física e do desporto escolar”; “Assegurar a colaboração da DGE com a Direção-Geral da Administração Escolar na conceção dos termos de referência da inovação, qualidade, caracterização e normalização da arquitetura dos equipamentos e do mobiliário desportivos dos estabelecimentos de educação e de ensino”; “Assegurar a articulação entre o desporto escolar e o desporto federado”. (ponto 7, do Despacho nº 13608/2012)

Terminado o enquadramento histórico e legislativo do Desporto Escolar, após o 25 de abril de 1974, podemos dizer que o Desporto Escolar volta ao início, voltamos a ter uma Divisão do Desporto Escolar, após 38 anos.

Parece-nos que a indefinição continua, sem se encontrar um caminho definitivo para o Desporto Escolar por parte dos nossos governantes.

## **1.2- Conceito de Desporto Escolar**

Como refere o Decreto-Lei nº 95/91 de 26 de fevereiro, Secção II, artigo 5º do regime jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar, “Entende-se por Desporto Escolar o conjunto das

práticas lúdico-desportivas e de formação com objeto desportivo desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de atividades da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo”

O Desporto Escolar ocupa sem dúvida um espaço importante na vida escolar atual. É neste espaço que se torna possível para uma considerável população escolar praticar desporto.

Segundo Bento (1989, p.44), o Desporto Escolar é o setor da vida escolar onde são criadas oportunidades para a ação orientada e organizada, para desenvolvimento de atividades autónomas e espontâneas, para competição intra e inter escolas e o fomento e desenvolvimento de talentos.

Gonçalves (2002, p.2), salienta o papel das relações com o sistema desportivo, sendo o Desporto Escolar entendido como uma atividade de complemento curricular, como um instrumento de intervenção pedagógica do sistema educativo, mas de igual modo com uma zona de contacto com o sistema desportivo.

De forma a complementar melhor o conceito e segundo Mota (2003),

entende-se o Desporto Escolar como um processo unitário, representado por um Projeto Global, assente em três vertentes de ação pedagógica e educativa dos educadores junto das crianças e jovens para quem ele se dirige, designadas da seguinte forma: vertente da atividade curricular/aulas de Educação Física com participação de carácter obrigatório; vertente da atividade de extensão curricular com participação de carácter misto e uma outra vertente de atividade de tempos livres de participação voluntária. (p.2)

Aperfeiçoando ainda mais este conceito do Desporto Escolar, o Ministério da Educação, pertencente ao XV Governo Constitucional, defendia que:

O Desporto Escolar é a atividade de complemento curricular, voluntária, que permite aos alunos a prática de atividades desportivas, em ambiente educativo, sob a orientação de professores, podendo-se configurar como a principal possibilidade para a maioria dos nossos jovens poderem participar em quadros competitivos, de forma regular.” (Ministério da Educação - DGDIC: “Jogar pelo Futuro - Medidas e Metas para a década, 2003, p.4)

Ainda segundo o Ministério da Educação - DGDIC: “Jogar pelo Futuro - Medidas e Metas para a década, (2003), o Desporto Escolar constitui, também, uma enorme oportunidade para que os nossos jovens possam aceder aos valores educativos do Desporto.

Constatamos, que se verifica um fraco posicionamento cultural do Desporto na Sociedade Portuguesa, um desporto mais “olhado” do que participado, um Desporto que, em alguns âmbitos, mais mediático, atravessando uma crise de valores éticos e de comportamentos morais, num jogo nada consentâneo com as funções que deve promover.

Deverá ser dada uma resposta adequada a esta situação, a qual terá de assentar na manutenção da importância pedagógica do Desporto, no fortalecimento da sua função social, o que implica a valorização do papel a desempenhar pelo Desporto Escolar.

O Desporto Escolar tem sido abordado por vários autores, que enfatizam a sua importância para a formação dos jovens. Bento (1989, p. 49) considera-o como: " (...) uma atividade extra-curricular, complementar das aulas de Educação Física, contribuinte para a realização da incumbência sociopedagógica da escola, nomeadamente no plano do desenvolvimento integral dos alunos. Uma atividade assente na adesão voluntária dos alunos e na dimensão cultural da escola." O mesmo autor (1989, p. 50), refere também: " (...), o "desporto escolar é, em primeiro lugar, um problema da realização da obrigação da escola em garantir uma sólida formação desportivo-corporal; em segundo lugar apresenta-se como uma função - chave do desenvolvimento global do desporto."

De igual forma Carvalho, (1987, p. 144), afirma que: "O desporto escolar só pode entender-se numa perspetiva que nasça do próprio aluno servindo as suas necessidades, respondendo aos seus interesses, não tendo outras justificações alheias á sua função e significado." Logo, no Desporto Escolar o aluno é o centro de todo o processo.

O Desporto Escolar como complemento da ação educativa, integrado no processo formativo e de desenvolvimento integral do aluno, é para a criança e para o jovem uma forma de expressão, onde para além de contribuir para o seu aperfeiçoamento integral como Homens e Mulheres do amanhã, é também um veículo, por excelência, de condução à descoberta das aptidões, do potencial e talento de cada um. O Desporto Escolar através da sua prática regular, organizada, estruturada e sistemática distingue-se claramente de outras atividades no que diz respeito à sua principal tarefa educativa, pois possibilita um vasto leque de experimentações.

Entre um conjunto diversificado de atributos e qualificações, ao Desporto Escolar compete a educação motora e a aquisição e desenvolvimento dos gestos básicos da modalidade selecionada, onde a atividade desportiva, a par dos benefícios para a saúde e como forma sadia de ocupação dos tempos livres é, ao mesmo tempo, um instrumento de socialização privilegiado. (Santos, 2009, p.6)

O desporto é um meio eficaz de promover a solidariedade, o diálogo e a paz entre as pessoas. No entanto, o Desporto Escolar, pelas suas características específicas, tem sempre presente uma trilogia desportiva: desporto-rendimento, desporto-lazer e desporto-saúde. Nessa perspetiva não se deve dimensionar uma em detrimento da outra, pois ao aluno deve ser proporcionada uma formação tão generalista quanto possível. O Desporto Escolar pelas suas características próprias - de mobilização de uma larga faixa de estudantes dos mais variados níveis etários e das diferentes atividades interescolares - contribui, também, decisivamente para a valorização sociopedagógica da escola, nomeadamente no plano da tão apregoada formação integral dos alunos (Silva, 1999).

Podemos assim afirmar, com base na Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto; Capítulo VII; Artigo 51º; ponto 5, que o Desporto Escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o

entendimento do desporto como fator de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

O papel do Desporto Escolar é assim decisivo e de elevada importância para que cada vez mais as nossas crianças e jovens, adquiram e adotem estilos de vida saudáveis e possam da mesma forma, desenvolver as suas capacidades e competências numa determinada modalidade desportiva, facultativa e vocacional, para a qual se sintam motivados. É na Escola que se encontram todos os jovens e que existem condições físicas e materiais e o enquadramento técnico qualificado, para uma aposta na formação desportiva de qualidade. (Sociedade Portuguesa de Educação Física, 2011)<sup>5</sup>

### **1.3- Finalidades e Objetivos do Desporto Escolar**

O Desporto Escolar representa um setor fundamental, estratégico, para a formação de hábitos de prática desportiva, ao longo da vida. Sendo também promotor de valores fundamentais para a formação do caráter dos jovens, elemento precursor da promoção da saúde dos cidadãos, elemento de desenvolvimento da sua cidadania e como pedra basilar do desenvolvimento do desporto e da aquisição de uma sólida cultura desportiva. (CREDE - Comissão de Reavaliação do Desporto escolar, 2006, p.2)

Quanto aos objetivos do Desporto Escolar a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº49/2005 de 30 de Agosto, Artigo 51.º, ponto 5) frisa que “o Desporto Escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como fator de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes e praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados”. Por seu lado a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro, Artigo 28º, ponto 1) refere que o Desporto Escolar deve visar “...especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como fator de cultura”.

O Programa para o Desporto Escolar 2007/08/09 pretende alcançar os seguintes objetivos:

Relativos à Organização:

1. Promover uma maior articulação a todos os níveis de organização. Entre os estabelecimentos de ensino, as estruturas regulares do Ministério de educação e os profissionais envolvidos no Desporto Escolar, numa lógica de subordinação destes aos projetos e prioridade das primeiras, potenciando desta forma as funções educativas do Desporto Escolar;

---

<sup>5</sup> Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física & Sociedade Portuguesa de Educação Física, (2011). Desporto Escolar – Sugestões de melhoria do projeto. Lisboa.

2. Reforçar as Parcerias entre o Desporto Escolar e outros agentes desportivos, incluindo associações locais, autarquias e o desporto federado;
3. Promover o combate à inatividade física e a luta contra a obesidade.

Relativamente às atividades:

4. Pelo menos devem ser mantidas as atividades oferecidas no ano transato acrescidas, eventualmente, de novas atividades que alarguem a prática desportiva principalmente a alunos do sexo feminino, a alunos com necessidades educativas especiais de caráter prolongado e a alunos em risco de abandono e insucesso escolar; abrangidos pelo programa TEIP;
5. O aumento das iniciativas de competição externa, em particular geradas nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Integradas em Agrupamentos, constituídas em ADE;
6. Promover a constituição de Associações Desportivas Escolares.

Neste sentido e para uma afirmação mais sólida do Desporto Escolar, o programa de 2009-2013 apresenta como objetivos estratégicos:

- Melhorar a qualidade da Educação;
- Aumentar as oportunidades de prática desportiva de qualidade;
- Aumentar o sucesso escolar;
- Formar mais e melhores praticantes;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Aumentar a visibilidade das boas práticas;
- Melhorar métodos de ensino/aprendizagem;
- Adaptar ofertas às necessidades;
- Criar instrumentos facilitadores de inclusão;
- Melhorar a imagem e divulgação do Desporto Escolar;
- Valorizar a formação profissional;
- Potenciar projetos estruturantes em parcerias;
- Desenvolver tecnologias de apoio;
- Implementar um sistema de informação e comunicação.

O Desporto Escolar, enquanto prática desportiva conducente à formação integral dos jovens, tem como missão primordial promover a inclusão e a aquisição de hábitos de vida saudável, sendo portanto, um instrumento essencial na promoção da saúde e do desenvolvimento desportivo nacional. Desta forma, será necessário que seja acessível a todos os alunos e implementado efetivamente em todas as escolas.

Paralelamente, a prática desportiva e, neste caso, a prática de Desporto Escolar, contribui ainda para uma melhoria qualitativa do processo ensino/aprendizagem, pois pode ser um

espaço de resposta às motivações/expectativas de muitos jovens. (Ministério da Educação - DGIDC, 2009)

## 1.4 - Organização atual do Desporto Escolar

A falta de estabilidade legislativa tem sido um dos principais obstáculos à estruturação orgânica do Desporto Escolar e, por consequência, ao seu próprio desenvolvimento.

Entre 1974 e 1986 essa orgânica registou sete mudanças de tutela entre o sistema educativo e o sistema desportivo. A Lei nº 46/86, de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, colocou definitivamente o Desporto Escolar no âmbito do Sistema Educativo, o que foi confirmado pela Lei nº 1/90, de 13 de janeiro, Lei de Bases do Sistema Desportivo.

No entanto, a legislação posterior àquele período não revelou menor instabilidade, nomeadamente no que diz respeito ao organismo central de coordenação do Desporto Escolar. Assim, entre 1986 e 1996, este serviço foi atribuído a cinco organismos diferentes.

Em 1996 foi criado o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, contudo, a sua maior permanência haverá que associar as fragilidades decorrentes de uma deficiência estrutural da sua orgânica (um único elemento no seu quadro de pessoal dirigente), situação originadora de dificuldades de eficiência e eficácia no seu desempenho executivo global, no geral, e, em particular, causadora de défices na indispensável articulação com os organismos centrais coordenadores do seu público-alvo: os alunos do ensino básico e secundário.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 208/2002, de 17 de outubro, este problema acaba por ser resolvido, sendo extinto o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar e criada a Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, para onde transitam e são reformuladas as competências daquele Gabinete, com a vantagem deste novo organismo integrar, entre outras, competências relativas aos anteriores Departamentos de Educação Básica e Departamento do Ensino Secundário.

O Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de fevereiro, define que as estruturas regionais do Desporto Escolar estão constituídas nas Direções Regionais de Educação, que dispõem de um Coordenador Regional do Desporto Escolar. Existem, também, Coordenadores Locais, um por cada Centro de Área Educativa, sendo em 2005 os Centros de Área Educativa extintos, dando origem às Equipas de Apoio às Escolas.<sup>6</sup>

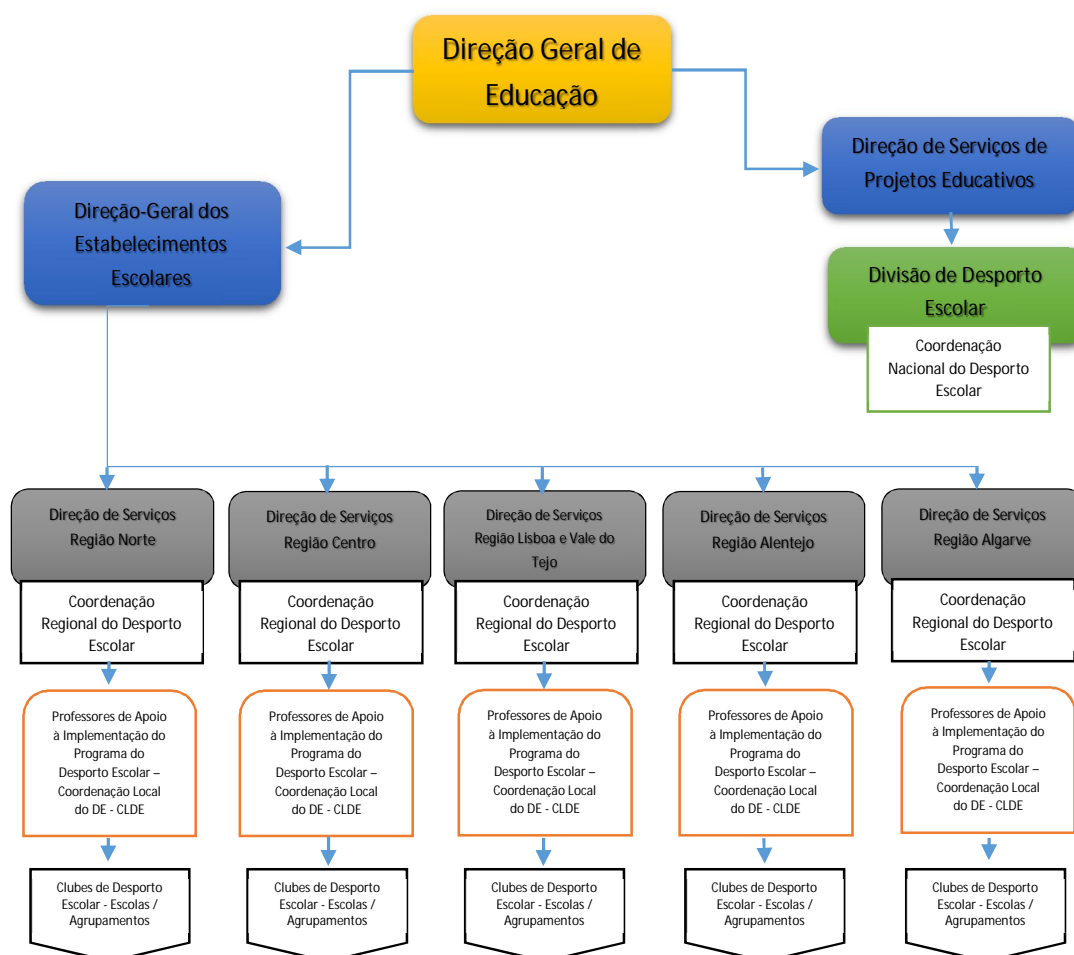
Não ficando ainda por aqui, com o Despacho nº 13608/2012 DR. Nº 203, Série II de 19 de outubro de 2012, promove a criação de unidades flexíveis e a constituição de equipas multidisciplinares da Direção-Geral da Educação. Assim e segundo o ponto 1 - "São criadas no âmbito da Direção-Geral da Educação as seguintes unidades orgânicas flexíveis": 1.2 - "Na dependência da Direção de Serviços de Projetos Educativos (DSPE)": 1.2.1- "A Divisão de Desporto Escolar (DDE)".

---

<sup>6</sup> Ministério da Educação (2003). Documento Orientador do Desenvolvimento do Desporto Escolar: Jogar pelo Futuro Medidas e Metas para a Década.

Compete a esta Divisão de Desporto Escolar as seguintes funções:

- Promover o desporto escolar junto das escolas, como meio de atingir o sucesso escolar;
- Planear, orientar, acompanhar, promover e avaliar os diversos programas, projetos e atividades do desporto escolar;
- Promover e apoiar a realização de ações de formação destinadas a professores e alunos nas áreas da organização, gestão e treino das atividades desportivas escolares;
- Colaborar na definição das competências e orientações curriculares e pedagógicas da educação física e do desporto escolar;
- Assegurar a colaboração da DGE com a Direção-Geral da Administração Escolar na conceção dos termos de referência da inovação, qualidade, caracterização e normalização da arquitetura dos equipamentos e do mobiliário desportivos dos estabelecimentos de educação e de ensino;
- Assegurar a articulação entre o desporto escolar e o desporto federado". (ponto 7, do Despacho nº 13608/2012).



**Figura 1** - Estrutura Orgânica e Funcional do Desporto Escolas atual.

## 1.5 - Organização local do Desporto Escolar

A Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, através das suas Coordenações Regionais do Desporto Escolar, constitui de entre os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da sua jurisdição a Equipa de Professores (dois) de Apoio à Implementação do Programa do Desporto Escolar, sendo designadas estas equipas, por Coordenação Local do Desporto Escolar (CLDE).

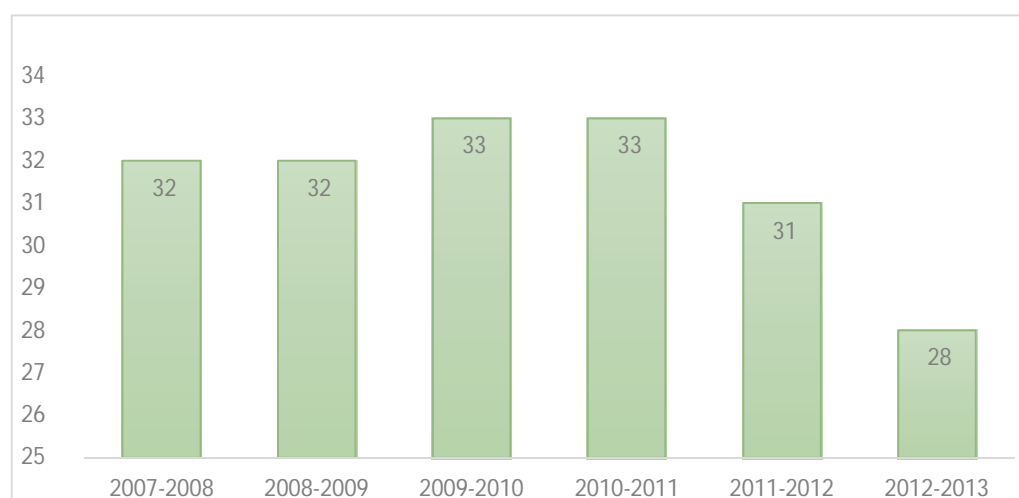
Esta estrutura de coordenação local (CLDE), é a estrutura de proximidade por excelência com as escolas e funciona numa das respetivas escolas de origem de um dos elementos da equipa.

As suas funções ou atribuições são:

- Planeamento das atividades consoante as orientações do Programa do Desporto Escolar em vigor;
- Apoio ao nível da dinamização, organização e operacionalização das atividades da Coordenação Local do Desporto Escolar (CLDE), da Direção de Serviços (DSR) e da Divisão do Desporto Escolar;
- Supervisionar as atividades da Coordenação Local do Desporto Escolar (CLDE);
- Preparação, análise e avaliação dos Projetos do Desporto Escolar.

No distrito de Castelo Branco, a Coordenação Local do Desporto Escolar, para além do referido já anteriormente, elabora os quadros competitivos locais, atualmente dimensionados na Plataforma do Desporto Escolar.

A Coordenação Local do distrito de Castelo Branco, é também responsável pela organização da fase distrital do Corta-Mato Escolar e MegaSprinter, apoiando a realização de todos os Projetos Especiais, da responsabilidade das Federações, de acordo com os protocolos estabelecidos com o Desporto Escolar.



**Gráfico 1-** Unidades de Gestão do distrito de Castelo Branco com adesão ao Desporto Escolar.

Podemos verificar no gráfico 1, o número de unidades de gestão com adesão ao programa do Desporto Escolar desde 2007 a 2013. Registamos no ano letivo de 2009/2010, um aumento com a adesão ao programa do Desporto Escolar de uma Escola Profissional.

No ano letivo de 2011/2012, acontece a perda de duas unidades de gestão com contrato de associação e em 2012/2013, uma nova redução, pelo facto da constituição de três Mega Agrupamentos no distrito de Castelo Branco.

## **1.6 - Justificação do estudo**

Numa altura em que se torna fundamental a qualidade do desenvolvimento do Programa do Desporto Escolar no sistema educativo e a ausência de estudos no distrito de Castelo Branco neste âmbito, este trabalho procura levar a cabo uma análise do desenvolvimento deste projeto no distrito de Castelo Branco, nos períodos de 2007/2009 e 2009/2013, tendo em conta os respetivos programas do Desporto Escolar. Deste modo, por um lado, procuramos conhecer com objetividade os dados da implementação destes dois programas no contexto do sistema educativo ao nível da atividade externa, e por outro, pela análise e interpretação desses mesmos dados, de forma a contribuir no futuro para uma melhor implementação e adequação dos objetivos do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco, no momento em que se elabora um novo programa nacional.

## **1.7 - Problema e objetivos do estudo**

Na delimitação da questão de partida tivemos em consideração a nossa experiência profissional enquanto responsáveis no Apoio às Escolas pela implementação dos Programas do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco, desde o ano letivo 2010/2011. Assim, no nosso estudo serão recolhidos, apresentados, analisados e interpretados os dados numéricos dos Relatórios do Desporto Escolar de 2007/2009 e 2009/2013. Deste modo, a nossa *população objetivo* será constituída por todos os alunos/praticantes, dos 2º e 3º ciclos do ensino Básico e do ensino Secundário, do setor público e do setor privado, envolvidos na atividade externa do Desporto Escolar no Distrito de Castelo Branco, tendo em conta os períodos referidos anteriormente. Ou seja, iremos considerar no âmbito da atividade externa, as atividades continuadas dos grupos/equipa tendo em conta as modalidades desportivas, o género e os escalões etários. Deste modo, delimitámos como questão do nosso estudo a seguinte interrogação:

- Qual foi a envolvimento dos alunos na atividade externa do Desporto Escolar, durante a implementação dos programas 2007/2009 e 2009/2013, no Distrito de Castelo Branco?

Tendo em conta as considerações enunciadas anteriormente e a questão formulada definimos os seguintes objetivos:

Caracterizar a implementação dos Programas do Desporto Escolar 2007/2009 e 2009/2013, no distrito de Castelo Branco, tendo em conta a adesão dos alunos por género, modalidade, grupos/equipa e escalão etário.

Analisar os resultados obtidos com o propósito de contribuir para o aumento da participação do número de alunos nos grupos/equipas do Desporto Escolar, no distrito de Castelo Branco, tendo em conta os pontos fortes e fracos dos dados recolhidos.

# Capítulo 2 - Material e Métodos

## 2.1- Caracterização da Amostra

A amostra deste estudo é constituída por todos os alunos praticantes (inscritos nos grupos/equipa do Desporto Escolar), envolvidos na atividade externa do Desporto Escolar do distrito de Castelo Branco, nos períodos de 2007/2009 e 2009/2013, representando o sexo masculino 58,57% e o sexo feminino 41,43%.

Considerou-se como atividade externa, as competições que envolvem a participação em atividades continuadas dos grupos/equipa, tendo em conta as modalidades desportivas, o género e os escalões etários dos Clubes do Desporto Escolar das escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, do setor público e privado, do distrito de Castelo Branco.

**Quadro 1**- Caracterização da amostra dos alunos praticantes de Desporto Escolar ao longo dos anos letivos de 2007/2008 a 2012/2013, na atividade externa.

ANO LECTIVO	PRATICANTES
2007-2008	2960
2008-2009	3264
2009-2010	3569
2010-2011	3765
2011-2012	4245
2012-2013	3975
<b>Total</b>	<b>21778</b>

**Quadro 2** - Caracterização da amostra dos alunos **masculinos** praticantes de Desporto Escolar ao longo dos anos letivos de 2007/2008 a 2012/2013, na atividade externa.

ANO LECTIVO	PRATICANTES Masculinos
2007-2008	1764
2008-2009	1977
2009-2010	2025
2010-2011	2165
2011-2012	2480
2012-2013	2345
<b>Total</b>	<b>12756</b>

**Quadro 3** - Caracterização da amostra dos alunos **femininos** praticantes de Desporto Escolar ao longo dos anos letivos de 2007/2008 a 2012/2013, na atividade externa.

<b>ANO LECTIVO</b>	<b>PRATICANTES Femininos</b>
<b>2007-2008</b>	1196
<b>2008-2009</b>	1287
<b>2009-2010</b>	1544
<b>2010-2011</b>	1600
<b>2011-2012</b>	1765
<b>2012-2013</b>	1630
<b>Total</b>	9022

## **2.2- Recolha dos dados**

Considerando as questões éticas da investigação solicitamos o consentimento informado à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços Região Centro, área Educativa pela qual está abrangido o distrito de Castelo Branco, de forma a podermos consultar todos os registos existentes, referentes aos Projetos do Desporto Escolar (atividade externa) de cada Escola do distrito de Castelo Branco, referentes ao período de implementação do Programa do Desporto Escolar 2007/2009 e 2009/2013.

Os dados referentes ao número de alunos matriculados em cada ano letivo, abrangidos pelos programas do Desporto Escolar, nos diferentes concelhos do distrito de Castelo Branco, foram cedidos pela Direção Geral de Estatística da Educação e Ciência - Regiões nº 2010-2011 - Volume II, Centro.

## **2.3- Análise Estatística**

A investigação situa-se epistemologicamente no âmbito da estatística descritiva. De facto, expomos no nosso estudo a recolha, apresentação, análise e interpretação de dados numéricos, pelo que este processo constituirá o método de pesquisa central do nosso estudo. Neste sentido, o campo de aplicação da recolha dos dados situa-se no âmbito da investigação de avaliação (Ketele & Roegiers, 1993).

Após a recolha/levantamento da informação disponível, passou-se ao tratamento estatístico utilizando o programa "IBM SPSS - Statistical Package for Social Science" (versão 21, para Windows) onde, depois de criada a base de dados se realizaram técnicas estatísticas descritivas (frequências, média e desvio-padrão) e de onde se extraiu a informação de forma organizada, para podermos analisar e interpretar essa mesma informação e responder às questões do nosso estudo.

# Capítulo 3 - Apresentação dos Resultados

O Desporto Escolar apresenta uma significativa atividade local, regional, nacional e internacional, em que na sua base estão os clubes do Desporto Escolar das escolas. Nas diferentes vertentes, encontrar-se algumas publicações de âmbito nacional, ainda que sejam originadas pela pressão política de forma a mostrar resultados.

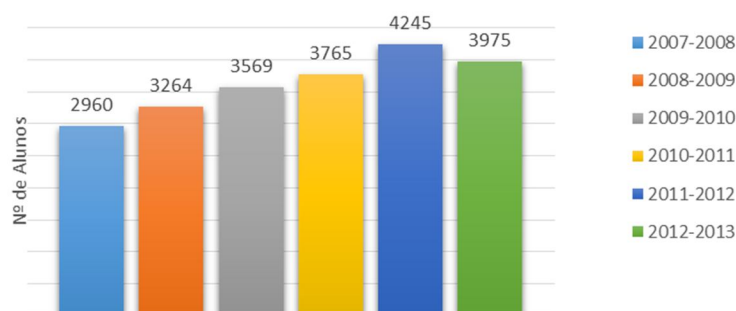
A nível da atividade local do Desporto Escolar (distrito de Castelo Branco), esta apresenta uma quase ou mesmo total ausência de publicações que mostrem a sua realidade.

Os resultados aqui apresentados, pretende contribuir para colmatar esta lacuna, trazendo à superfície os dados que caracterizam o Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco, durante a vigência dos dois últimos programas do Desporto Escolar, dando a conhecer a realidade local deste distrito no que respeita à atividade externa do Desporto Escolar.

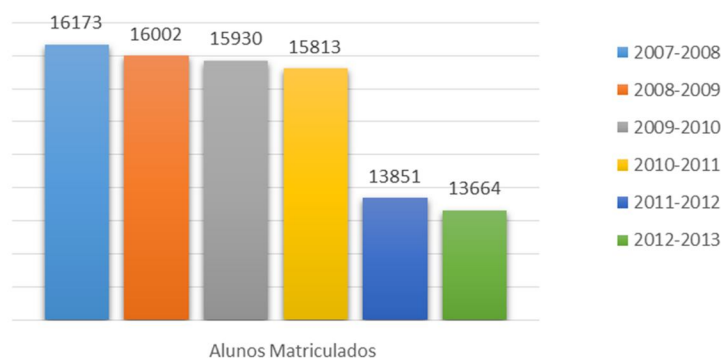
Para a apresentação dos dados iremos recorrer a tabelas de frequências e gráficos (histograma) que serão enquadrados com os programas do Desporto Escolar e suporte legal permitindo-nos deste modo a análise e interpretação desses mesmos dados.

## 3.1- Evolução de praticantes no distrito de Castelo Branco

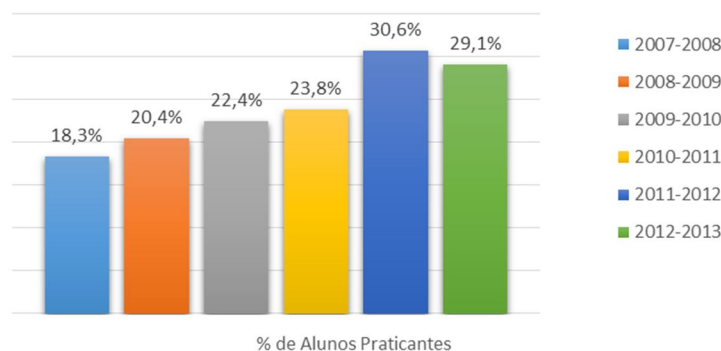
A partir dos dados recolhidos acerca do número de praticantes ao longo da aplicação dos dois últimos programas do Desporto Escolar, obtivemos os seguintes resultados:



**Gráfico 2-** Número de praticantes por ano letivo, no distrito de Castelo Branco, por ano letivo.



**Gráfico 3** - Número total de alunos matriculados por ano Letivo no distrito de Castelo Branco, do 5º ao 12º ano de escolaridade.



**Gráfico 4** - Percentagem de Praticantes por ano letivo, no distrito de Castelo Branco.

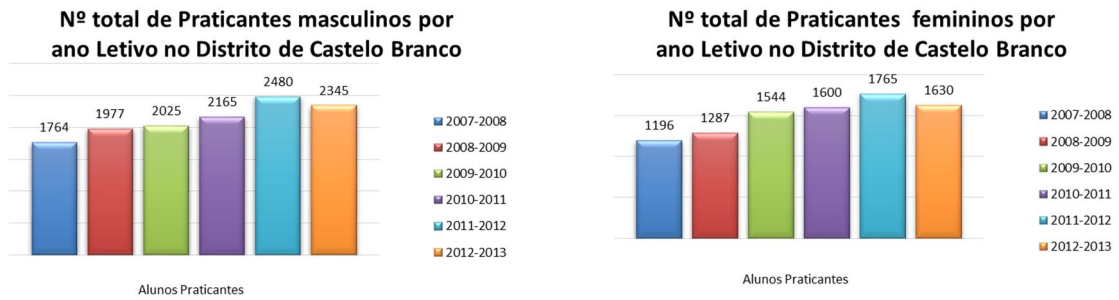
**Quadro 4** - Percentagem de crescimento de alunos praticantes.

2007/2008 → 2008/2009	2008/2009 → 2009/2010	2009/2010 → 2010/2011	2010/2011 → 2011/2012	2011/2012 → 2012/2013
+ 2,1%	+ 2,0%	+ 1,4%	+ 6,8%	- 1,5%

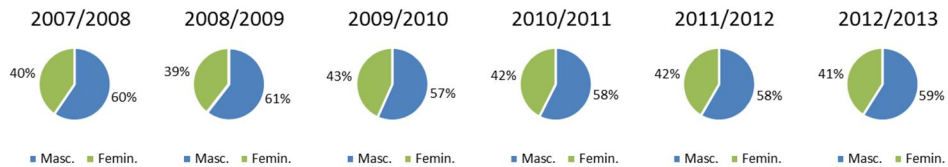
Ao analisarmos os gráficos 2,3,4 e quadro 4, verificamos que existe um crescimento positivo de praticantes ao longo dos anos analisados, com a exceção do último ano, em que se verifica um decréscimo de 1,5%, em relação ao ano letivo de 2011/2012.

Verificamos ainda que, ao nível do total do número de alunos matriculados, estes ao longo dos anos em estudo apresentam um constante diminuição, acentuando-se a mesma nos dois últimos anos.

### 3.2- Evolução de praticantes no distrito de Castelo Branco Masculinos e Femininos



**Gráfico 5** - Praticantes Masculinos e Femininos no distrito de Castelo Branco.

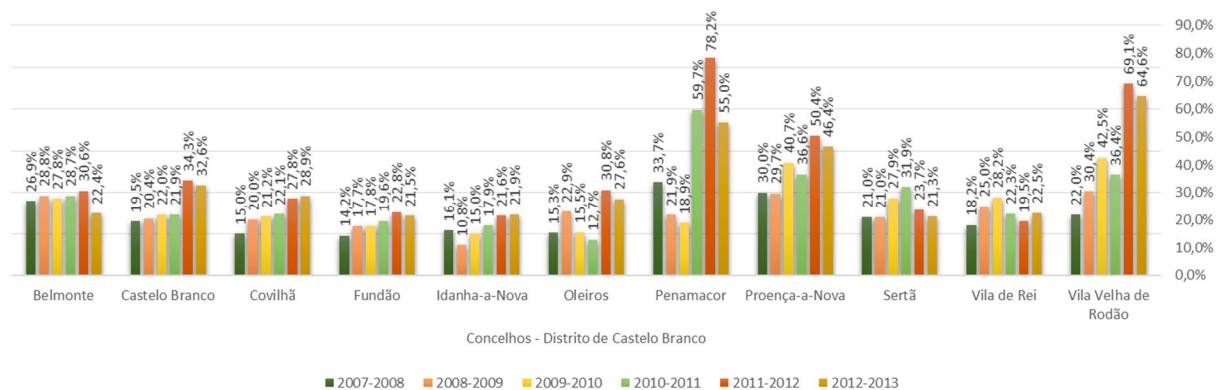


**Gráfico 6** - Relação percentual entre praticantes masculinos e femininos.

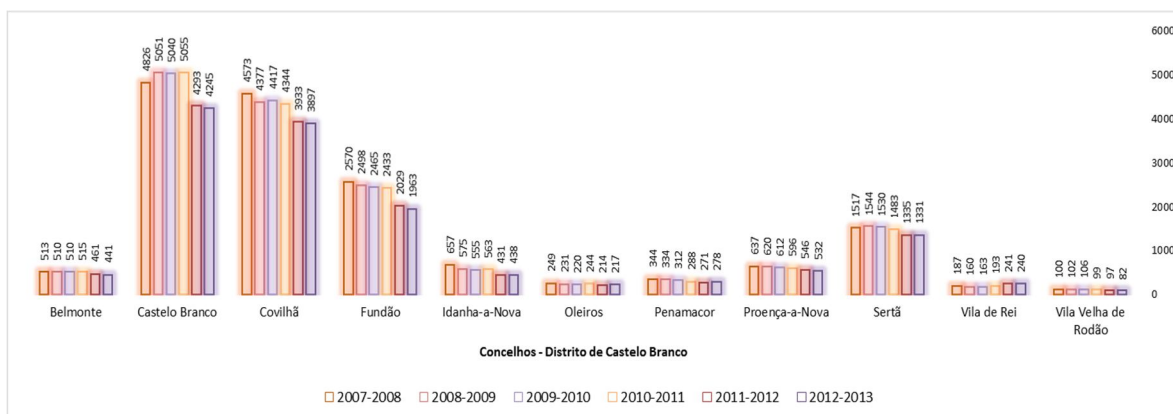
Verificamos ao analisar o gráfico 5, que o crescimento de praticantes acontece tanto no género masculino como no género feminino.

Observamos ainda no gráfico 6 que, a relação de praticantes entre os dois géneros ao longo dos anos em estudo, é uma relação de cerca de 60% para o género masculino e de 40% para o género feminino.

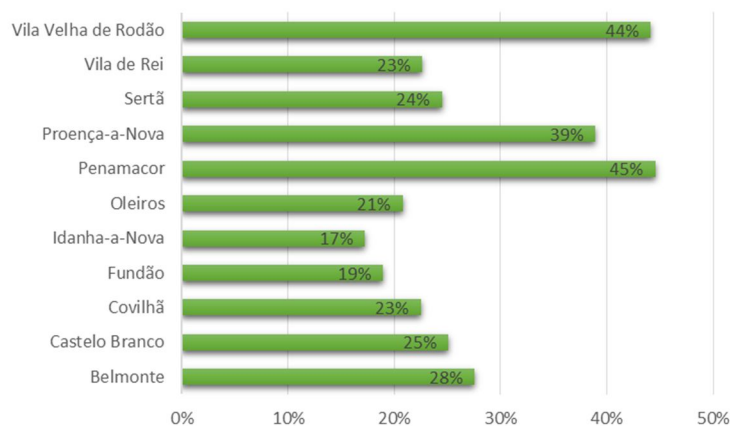
### 3.3- Evolução de praticantes no distrito de Castelo Branco por concelho



**Gráfico 7** - Percentagem de praticantes / Ano letivo / Concelhos do distrito de Castelo Branco.



**Gráfico 8** - Alunos matriculados / Ano letivo / Concelhos do distrito de Castelo Branco.



**Gráfico 9** - Percentagem média de praticantes por concelho, de 2007 a 2013 no distrito de Castelo Branco.

Ao analisarmos os gráficos 7, 8 e 9, verificamos que em todos os concelhos do distrito de Castelo Branco, ao longo dos anos em estudo, apresentam uma diminuição de alunos matriculados, no entanto ao nível de praticantes no Desporto Escolar, de uma forma geral em cada concelho é semelhante ao que se passa em termos globais no distrito já analisado anteriormente.

Verificamos ainda que, em termos de percentagem média de praticantes ao longo dos anos em estudo (gráfico 9), os concelhos com um número mais baixo de alunos matriculados (gráfico 8), apresentam uma percentagem média de praticantes maior que os concelhos com um número mais elevados de alunos matriculados.

### 3.4- Evolução de praticantes no distrito de Castelo Branco por modalidades desportivas

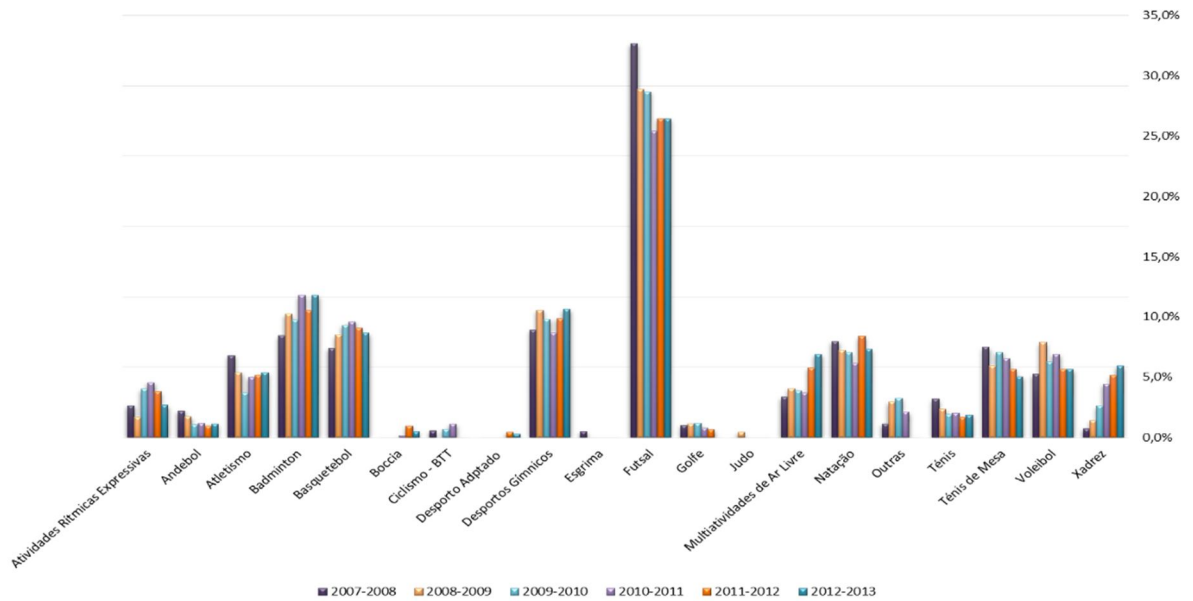


Gráfico 10 - Percentagem de praticantes / Ano letivo / Modalidades.

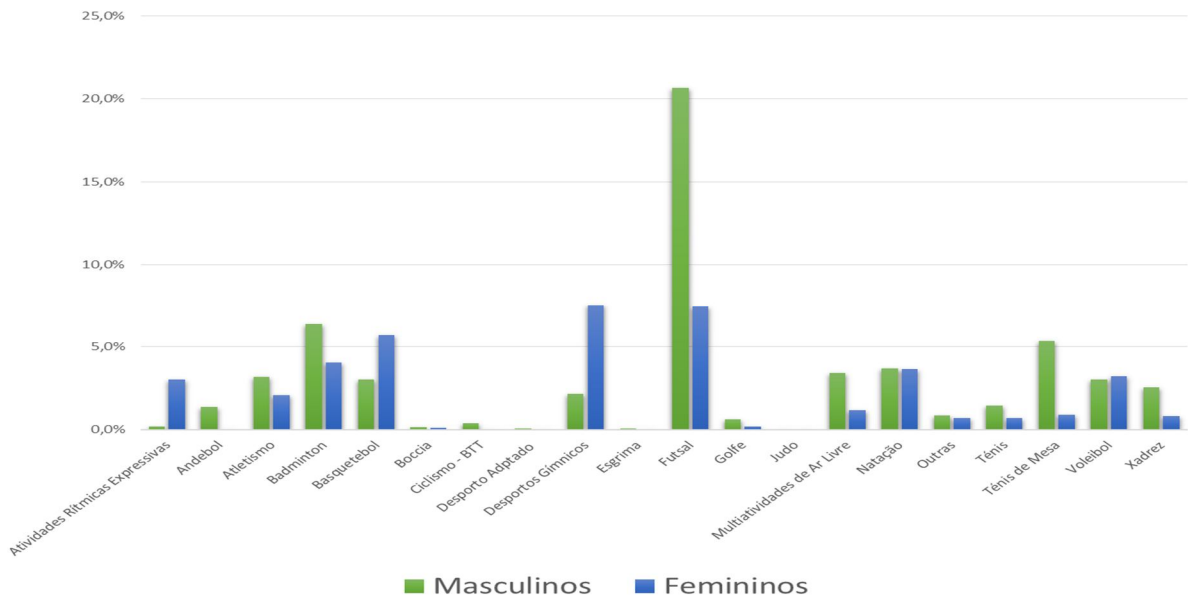
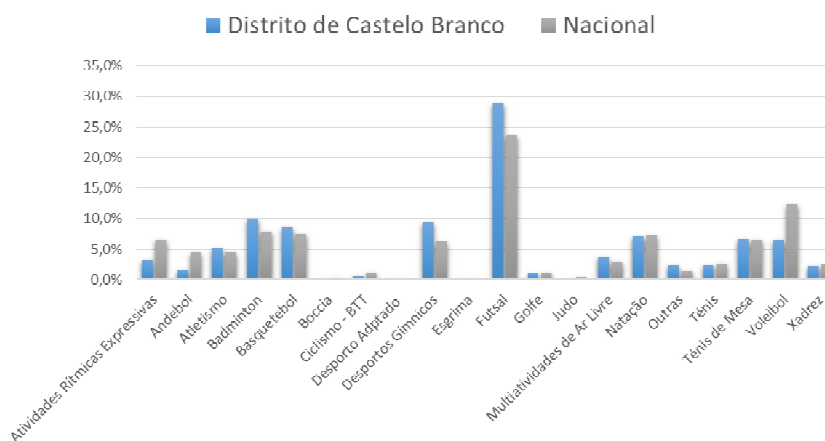


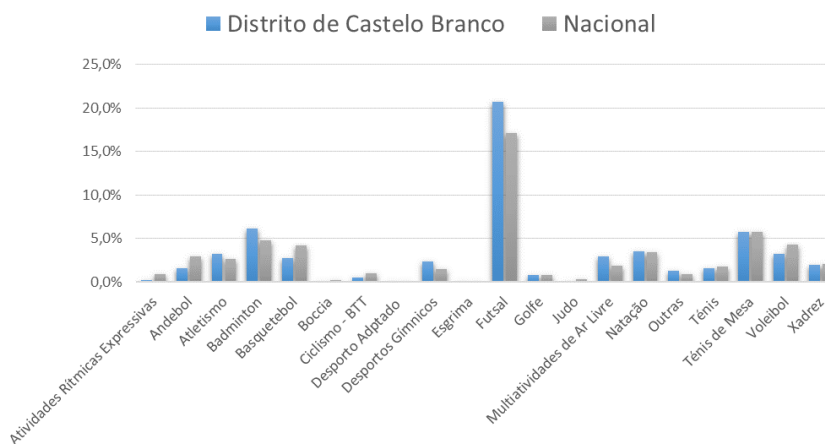
Gráfico 11 - Percentagem média de praticantes Masculinos e Femininos de 2007 a 2013, nas diferentes Modalidades Desportivas no distrito de Castelo Branco.

Da análise feita ao gráfico 10, verificamos que dentro das modalidades inscritas nos Projetos das diferentes escolas/agrupamentos no distrito de Castelo Branco, as modalidades com maior envolvimento de alunos são: o futsal, badminton, desportos gímnicos, basquetebol, natação, voleibol, ténis de mesa, atletismo e multiactividades de ar livre. Em relação ao gráfico 11, na comparação entre géneros, constatamos que só nas modalidades de Atividades Rítmicas Expressivas, Basquetebol, Desportos Gímnicos e Voleibol, o género feminino apresenta uma percentagem maior de praticantes que o género masculino.

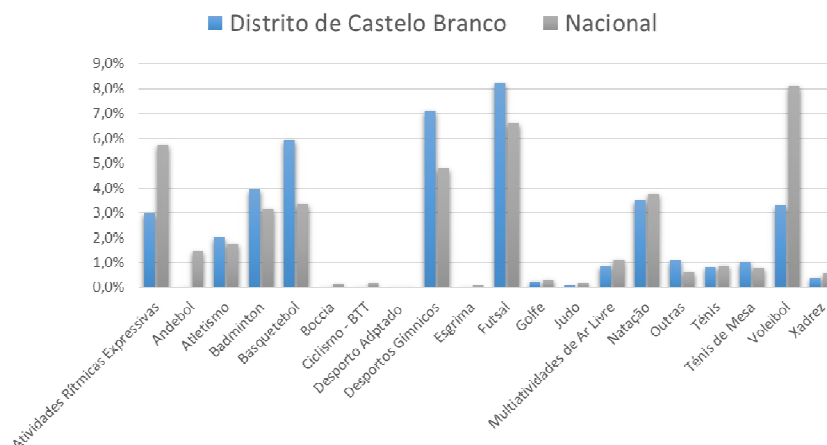
### 3.5- Comparação da evolução de praticantes nas modalidades desportivas a nível Nacional, com o distrito de Castelo Branco, de 2007 a 2011



**Gráfico 12** - Comparação da percentagem média de praticantes de 2007 a 2011, a nível Nacional com o distrito de Castelo Branco (modalidades desportivas).



**Gráfico 13** - Comparação da percentagem média de praticantes de 2007 a 2011, a nível Nacional com o distrito de Castelo Branco (modalidades desportivas), género **masculino**.



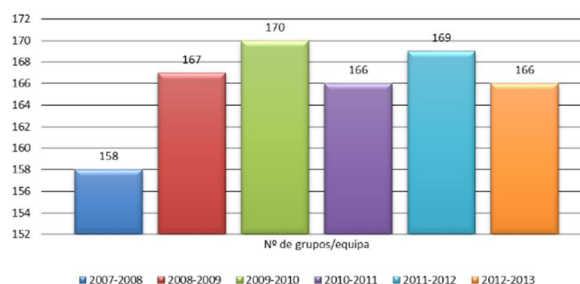
**Gráfico 14** - Comparação da percentagem média de praticantes de 2007 a 2011, a nível Nacional com o distrito de Castelo Branco (modalidades desportivas), género **feminino**.

De acordo com os dados disponíveis a nível nacional, entre 2007 e 2011 e estabelecendo uma comparação com o distrito de Castelo Branco ao nível das modalidades desportivas inscritas nos projetos do Desporto Escolar do distrito, nas modalidades de badminton, atletismo, basquetebol, desportos gímnicos, futsal, multiactividades de ar livre, outras e ténis de mesa, o distrito de Castelo Branco apresenta uma percentagem média de envolvimento de alunos maior do que a nacional (gráfico 12).

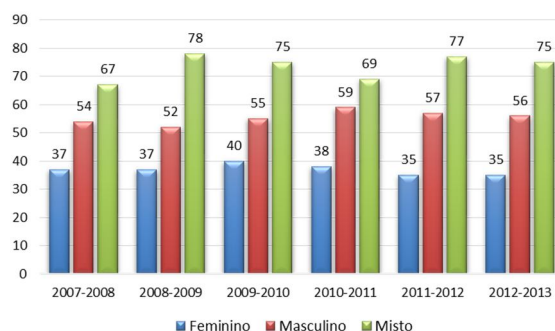
Na análise por género, verificamos que no distrito de Castelo Branco, o género masculino (gráfico 13), apresenta uma percentagem média maior de praticantes nas modalidades de atletismo, badminton, desportos gímnicos, multiactividades de ar livre e outras, do que a nacional.

Quanto ao género feminino (gráfico 14), verifica-se uma percentagem média maior de praticantes, que a nacional nas modalidades de atletismo, badminton, basquetebol, desportos gímnicos, outras e ténis de mesa.

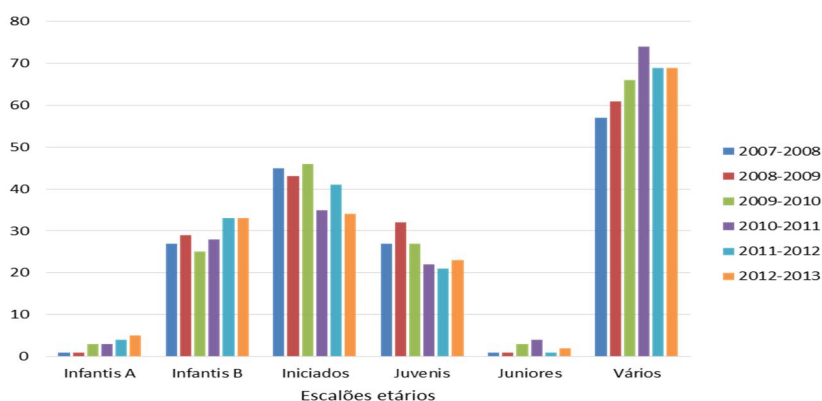
### 3.6- Evolução dos grupos/equipa no distrito de Castelo Branco



**Gráfico 15** - Evolução do número de grupos/equipa.



**Gráfico 16** - Evolução do número de grupos/equipa por género.



**Gráfico 17** - Evolução do número de grupos/equipa por escalão etário.

Na análise à evolução dos grupos/equipa no distrito de Castelo Branco, nos anos em estudo, verificamos que uma certa irregularidade em relação ao seu número (gráfico 15).

Ao nível do género, os grupos/equipa em maior número são os mistos, seguidos dos masculinos e em menor número os femininos (gráfico 16).

Quanto aos escalões etários (gráfico 17), o escalão vários é o que apresenta maior número de grupos/equipa ao longo dos anos em estudo, sendo também este escalão, assim como o de infantis A e infantis B, os que apresentam maior crescimento ao longo dos anos em estudo.

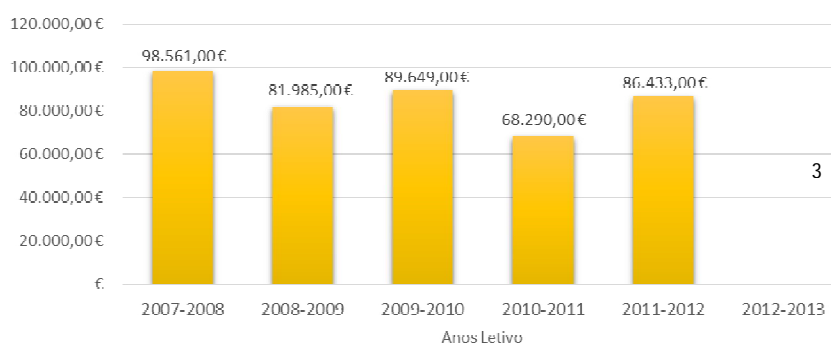
### 3.7- Componente letiva da atividade externa



**Gráfico 18** - Evolução da componente letiva da atividade externa, no distrito de Castelo Branco

A componente letiva refere-se ao número de horas para desenvolver as atividades inerentes aos grupos/equipa com atividade externa e ao analisarmos o gráfico 18, verificamos que, ao longo dos anos em estudo, até ao ano letivo 2010/2011, este foi crescendo. No entanto, nos dois últimos anos letivos, apresenta um elevado decréscimo, ou seja, redução do número de horas letivas para desenvolver as mesmas atividades de treino e competição dos grupos/equipa.

### 3.8- Comparticipação Financeira do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco



**Gráfico 19** - Evolução da comparticipação financeira.

O financiamento da atividade externa do Desporto Escolar é efetuado através do orçamento privado do Desporto Escolar, sendo a sua gestão orçamental incluída no orçamento da Direção Geral de Educação, e resultante das verbas que provêm da distribuição dos lucros dos jogos sociais atribuídos à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, conforme previsto no Decreto-lei nº56/2006 de 15 de março.

<sup>7</sup> O valor referente ao ano letivo 2012/2013, não se encontrava disponível à data da realização do estudo.

As atividades desenvolvidas nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, são financiadas de acordo com o seu Projeto de Desporto Escolar e os quadros competitivos em que os seus grupos/equipa estão envolvidos. Este financiamento dado aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas é apenas um apoio, podendo não cobrir todas as despesas efetuadas. Este apoio financeiro é dado aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas em três tranches de montante semelhante, sendo a primeira paga com a aprovação do projeto final em novembro, a segunda em fevereiro do respetivo ano letivo e a terceira com a aprovação do relatório final a apresentar em julho. (Ministério da Educação - DGIDC, 2009)

Quanto à análise feita à evolução do financiamento do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco (gráfico 19), verificamos que, apresenta uma acentuada irregularidade ao longo dos anos letivos em estudo.

## Capítulo 4 - Discussão dos Resultados

Queremos antes de mais, salientar que em relação ao distrito de Castelo Branco, não foi possível encontrar estudos deste tipo, nomeadamente no espaço temporal analisado, tornando portanto, difícil estabelecer comparações com outros estudos idênticos.

Sendo então os objetivos do nosso estudo, caracterizar a implementação dos programas do Desporto Escolar 2007/2009 e 2009/2013, no distrito de Castelo Branco, tendo em conta a adesão dos alunos por género, modalidade, grupos/equipa e escalão etário, da análise e interpretação da apresentação dos resultados, podemos dizer que, durante os anos letivos que abrangem o nosso estudo, o envolvimento dos alunos na atividade externa do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco, teve ao longo da aplicação dos programas já referidos, um envolvimento positivo crescente, atingindo nos últimos dois anos letivos, uma percentagem média de 29,85% de praticantes.

Desta forma, baseando-nos no que refere Sousa (2006), sendo o indicador de participação desportiva em Portugal de 23%<sup>8</sup>, considerando o total dos alunos com acesso à atividade externa do Desporto Escolar, no distrito de Castelo Branco, comparando os dois indicadores, consideramos que estamos no bom caminho.

Ainda segundo o Documento Orientador do Desenvolvimento do Desporto Escolar: Jogar pelo Futuro - Medidas e Metas para a década (2003, p.8), refere que no ano letivo 2001/2002, existia um índice de participação no Desporto Escolar de 13,8%, considerado muito reduzido, o que nos leva a reafirmar que ao nível do distrito de Castelo Branco, este apresenta um bom indicador de praticantes no Desporto Escolar.

Um outro aspeto que salientamos na análise dos dados, dos anos em estudo é a participação do género masculino, sempre em maior número que o género feminino e ainda a sua relação de aproximadamente 60% para o masculino e 40% para o feminino, mantendo-se esta ao longo dos anos em estudo.

Como se pode verificar no trabalho realizado por Sousa e Magalhães (2006, p.15), ao longo dos anos letivos de 2001/2002 a 2004/2005, se verificava uma situação semelhante a nível nacional, em que o género masculino apresentava maior número de praticante do que o género feminino. Em relação a este facto, Sousa, M. (2004), explica que pela razão do universo desportivo ser encarado, como tipicamente masculino, poderá contribuir para que aconteça esta superioridade na prática desportiva, do género masculino em relação com o feminino.

Questiona ainda o mesmo autor, que outra razão para explicar tal facto, poderá ser o facto das modalidades dos grupos/equipa, irem mais ao encontro das motivações e gostos dos rapazes.

Ao nível das percentagens de praticantes nos diferentes concelhos do distrito de Castelo Branco, ao longo dos anos em estudo, verificamos que os concelhos com um menor número de alunos matriculados apresentam percentagens de praticantes maior, que os concelhos com

---

<sup>8</sup> O índice de participação desportiva em Portugal (total de participantes x 100/ total da população).

maior número de alunos matriculados. Em relação a esta constatação, não podemos estabelecer qualquer relação com outros estudos ou informações, pelo facto destes dados surgirem pela primeira vez, possibilitando os mesmos, novos caminhos para outros estudos.

Quanto à evolução de praticantes em relação às modalidades desportivas inscritas nos projetos do Desporto Escolar das escolas do distrito de Castelo Branco, verificamos que as que apresentam maior envolvência são o futsal, badminton, desportos gímnicos, basquetebol, natação, voleibol, ténis de mesa, atletismo e multiatividades de ar livre.

Das modalidades inscritas nos projetos do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco, só as modalidades de atividades rítmicas expressivas, basquetebol, desportos gímnicos e voleibol, apresentam maior percentagem de praticantes do género feminino.

Tal como refere Rebelo (1999, p.93), num estudo sobre os motivos e causas do sucesso no Desporto Escolar, as modalidades prediletas dos rapazes, de um modo geral, são predominantemente o futsal, o badminton e o ténis de mesa e das raparigas a ginástica aeróbica e as danças. Estas escolhas enquadram-se nas modalidades com maior envolvência no distrito de Castelo Branco.

Outra situação verificada é a de que, as modalidades com maior envolvência são também aquelas em que existe quadro competitivo local, regional e nacional, ou seja, as modalidades com mais quadros competitivos são mais procuradas. Refere Pina (1994, p.92), que os quadros competitivos são para o Desporto Escolar uma tarefa importante.

Como nos diz Rebelo (1999), " o leque de modalidades/atividades oferecidas no contexto desportivo escolar é amplo e variado, ou seja, contempla uma vasta gama de atividades quer de natureza competitiva, quer de natureza recreativa, tendo-se, todavia, registado uma maior adesão de participantes nas modalidades/atividades desportivas pertencentes ao grupo com quadros competitivos" .

Posto isto, verificamos que na análise dos nossos resultados, verdadeiramente, as modalidades que não apresentam quadro competitivo regional e nacional, presentemente, tais como o golfe e ténis, levaram a uma diminuição ao longo dos anos em estudo, e algumas tendo acabado mesmo por se extinguirem.

Sousa, M. (2004), explica o aparecimento de modalidades mais desenvolvidas que outras, ou seja com maior envolvência de praticantes que outras, pelo facto de estas fazerem parte dos programas de Educação Física, logo abordadas nos vários anos escolares. Assim, também as escolas em relação a estas modalidades estão melhor equipadas, no que respeita a material desportivo, para desenvolver os projetos nessas modalidades.

Uma outra modalidade que experimentou no distrito de Castelo Branco um elevado crescimento ao longo dos anos em estudo, foi a modalidade de multiatividades de ar livre. Neste sentido e concordando como que refere Monteiro (2001), expondo que, de forma correta as estruturas do Desporto Escolar têm sabido incluir, como atividades do Desporto Escolar, todo um vasto conjunto de atividades como as de exploração da natureza. Refere ainda o mesmo autor, que as modalidades alternativas devem surgir de forma mais espontânea, no sentido de responder às várias motivações dos alunos.

Pires (1990), diz que a aventura é uma dimensão das práticas desportivas, respondendo à fase terciária do desenvolvimento do desporto, considerando que a primeira foi constituída pelos jogos e desenvolveu-se na sociedade agrícola. A segunda foi constituída pelas práticas desportivas formais, decorrentes da sociedade industrial.

Uma outra realidade que nos mostra o nosso estudo é que, só a partir do ano letivo 2011/2012, surgem grupos/equipa com a tipologia NEE (Necessidades Educativas Especiais), nomeadamente na modalidade de boccia e desporto adaptado - hipismo.

Constatamos que segundo Pereira (2003, p.151), que a fraca adesão de grupos/equipa de tipologia NEE (Necessidades Educativas Especiais), num estudo sobre a temática, que tal situação reflete-se pelo facto de existir uma fraca formação dos professores de Educação Física na área de Necessidade Educativas Especiais, embora se verifique uma grande recetividade por parte dos mesmos, para constituir grupos/equipa deste tipo.

Em relação às modalidades em análise no distrito de Castelo Branco, podemos dizer ainda, quando comparamos, com os dados cedidos pela Divisão do Desporto Escolar, entre os anos 2007 a 2011, que no distrito de Castelo Branco, se verifica nas modalidades de badminton, atletismo, basquetebol, desportos gímnicos, futsal, multiatividades de ar livre, outras e ténis de mesa, uma percentagem média de participantes maior do que a nível nacional.

Na mesma análise feita ao nível do género masculino, podemos dizer que, nas modalidades de atletismo, badminton, desportos gímnicos, multiatividades de ar livre e outras, este apresenta uma percentagem de praticantes superior à nacional. Quanto ao género feminino, esta situação encontra-se nas modalidades de atletismo, badminton, basquetebol, desportos gímnicos, outras e ténis de mesa.

Uma outra situação particular, que nos saltou à vista diz respeito à modalidade de andebol, que ao longo dos anos em estudo, no género feminino, não apresenta praticantes em qualquer um dos escalões etários, no distrito de Castelo Branco. Comparando com os dados a nível nacional entre 2007 e 2011, verificamos que ela tem alguma expressão no género feminino a nível nacional.

Não encontrando estudos que expliquem tal situação, deixamos esta questão em aberto para estudos futuros.

No que concerne no nosso estudo á evolução dos grupos/equipa no distrito de Castelo Branco, verificamos que não existe uma estabilidade relativa quanto ao seu número ao longo dos anos em estudo. Tal facto poderá acontecer, embora os dois últimos programas do Desporto Escolar apontem para projetos plurianuais de acordo com vigência dos programas do Desporto Escolar, tal situação não se tem verificado, havendo uma abertura e fecho de grupos/equipa ao critério de preferências pessoais, que por vezes não se enquadram nos objetivos dos referidos programas. Só agora no término do programa do Desporto Escolar 2009/2013, com o despacho normativo nº 13-A/2012, de 5 de junho, no ponto 4, é referido que “para o ano letivo 2012/2013 não é aceite proposta de adesão de novos grupos/equipa ou a substituição dos existentes, salvaguardando-se o eventual ajustamento cronológico de escalões etários”.

Ao nível da evolução dos grupos/equipa por género, encontramos três categorias. Os grupos/equipa masculinos, os grupos/equipa femininos e os mistos. Ao longo dos anos em estudo, verificamos que no distrito de Castelo Branco, o que aparece em maior número é o tipo de grupos/equipa mistos, seguido dos masculinos e com menos grupos/equipa o género feminino.

A única comparação que nos é possível fazer está expressa no trabalho de Sousa e Magalhães (2006), em que no ano letivo 2001/2002, podemos verificar o que acontece no âmbito nacional, aparecendo os grupos/equipa masculinos com a maior representatividade, seguido dos grupos/equipa femininos e com menos representatividade os grupos/equipa mistos.

Em relação ao distrito de Castelo Branco, tal situação é um pouco diferente, apresentando grupos/equipa mistos com mais praticantes. Poderá ser justificada pelo facto, de ser necessário um número mínimo de participantes em cada grupo/equipa, de forma a serem aprovados, tornando-se em determinadas situações pela falta de alunos num determinado género, a formação de grupos/equipa mistos, a maneira mais fácil de forma e chegar ao número mínimos de alunos de aprovação do grupo/equipa.

Por último em relação à evolução dos grupos/equipa no distrito de Castelo Branco, podemos dizer que, a evolução ao nível dos escalões etários, o escalão com maior participação é o escalão etário "Vários" (escalão formado pelo menos com dois dos outros escalões), seguido do escalão iniciado, infantil B, Juvenil, infantil A e por último o escalão de juniores.

À semelhança dos que se verificava entre o ano 2001/2002 e 2004/2005, no trabalho de Sousa e Magalhães (2006), a nível nacional nos escalões etários o distrito de Castelo Branco durante a implementação dos dois programas do Desporto Escolar, confirmam a mesma tendência em termos de envolvimento de praticantes, nos diferentes escalões.

Para concluirmos este capítulo do nosso trabalho, e no que respeita ao financiamento do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco, podemos dizer que este apesar de ser irregular ao longo dos anos em estudo, não influenciou diretamente o crescimento do número de praticantes na atividade externa do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco.

Apesar da imprevisibilidade de manutenção do nível de receitas ao longo dos anos, ter provocado um sério obstáculo no desenvolvimento e planeamento estratégico do Desporto Escolar<sup>9</sup>, o último programa do Desporto Escolar (2009/2013), refere que o financiamento dado às escolas, é apenas um apoio, não podendo cobrir todas as despesas efetuadas. Este apoio financeiro destina-se sobretudo ao apoio nas despesas com transportes, na participação de atividades promovidas pela estrutura do Ministério da Educação e no incentivo aos quadros competitivos.

Por este facto, se as escolas suprimirem do seu orçamento particular o que não for participado pelo financiamento do Desporto Escolar, mesmo que aconteçam variações no referido apoio, os projetos das escolas, poderão desenvolver-se, não interferindo no número de praticantes.

---

<sup>9</sup> Documento Orientador do Desenvolvimento do Desporto Escolar: Jogar pelo Futuro - Medidas e Metas para a década (2003, p.18)

## Capítulo 5- Conclusões

Analisar os resultados obtidos com o propósito de contribuir para o aumento da participação do número de alunos nos grupos/equipas do Desporto Escolar, no distrito de Castelo Branco, tendo em conta os pontos fortes e fracos dos resultados, chegamos assim às seguintes considerações:

- O envolvimento dos alunos no Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco tem sido ao longo da aplicação dos Programas 2007/2009 e 2009/2013, um envolvimento positivo, crescente, atingindo nos últimos dois anos letivos uma percentagem média de 29,85% de praticantes.
- Nos concelhos com menos escolas/agrupamentos e alunos, a percentagem de envolvimento dos alunos no Desporto Escolar, é maior que nos concelhos com maior número de escolas e alunos.
- Dentro das modalidades inscritas nos Projetos das diferentes escolas/agrupamentos no distrito de Castelo Branco, as que apresentam maior envolvimento de alunos são: o futsal, badminton, desportos gímnicos, basquetebol, natação, voleibol, ténis de mesa, atletismo e multiactividades de ar livre, à semelhança do que se passa no Desporto escolar a nível Nacional.
- De acordo com os dados disponíveis a nível nacional, entre 2007 e 2011, nas modalidades de badminton, atletismo, basquetebol, desportos gímnicos, futsal, multiactividades de ar livre, outras e ténis de mesa, o distrito de Castelo Branco apresenta uma percentagem média de envolvimento de alunos maior do que a nacional.
- O envolvimento crescente de atletas no Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco, verifica-se tanto no género masculino como no género feminino, sendo a relação ao longo da aplicação dos dois programas (2007/2009 e 2009/2013), aproximadamente de 60% do género masculino e 40% do género feminino.
- A modalidade de andebol, é a única modalidade, que ao longo da aplicação dos Programas do Desporto Escolar 2007/2009 e 2009/2013, não apresenta qualquer envolvimento no género feminino.
- Ao longo da aplicação dos dois últimos programas do Desporto Escolar, em especial do de 2009/2013, as modalidades sem quadro competitivos Nacionais, são as de mais fraco envolvimento, acabando mesmo por se extinguirem os grupos equipa.
- As modalidades com maior crescimento de envolvimento de alunos ao longo dos dois programas (2007/2009 e 2009/2013), são: badminton, multiactividades de ar livre e xadrez.
- As modalidades desportivas que não apresentam quadros competitivos nacionais, levam localmente à diminuição de praticantes e mesmo à extinção dos grupos/equipa, dessa mesma modalidade.
- Só nos últimos dois anos do Programa do Desporto Escolar (2009/2013), surgem grupos equipa de alunos com necessidades educativas especiais, com atividade externa (quadro competitivo) nas modalidades de boccia e desporto adaptado - equitação).

- Ao longo dos anos em estudo, a variação do número de grupos/equipa, não alterou a tendência de crescimento positivo do envolvimento de alunos no Desporto Escolar, no distrito de Castelo Branco.
- Na aplicação dos dois Programas do Desporto Escolar (2007/2009 e 2009/2013), os escalões etários que apresentam crescimento são: **Infantis A**, **Infantis B** e o escalão **Vários**.
- O escalão que apresenta maior número de alunos envolvidos ao longo dos anos em estudo, é o escalão **Vários**.
- Entre o género masculino, feminino e misto, o que apresenta maior número de envolvimento é o género misto.
- Podemos dizer que no distrito de Castelo Branco, ao nível do envolvimento de alunos na atividade externa do Desporto Escolar, durante a aplicação dos Programas 2007/2009 e 2009/2013, apesar do número de unidades de gestão terem vindo a diminuir, o número de grupos/equipa, ter vindo a diminuir, o número de crédito letivo ter vindo a diminuir e o financiamento ser irregular ao longo dos anos, com uma quebra acentuada no ano letivo 2010/2011, o envolvimento dos alunos tem um crescimento positivo, com a exceção do ano letivo de 2012/2013, pelo facto de ter havido a formação de três, mega agrupamentos, no entanto, mesmo assim, a percentagem de praticantes nos dois últimos anos ronda os 30% dos alunos matriculados no distrito.

## **5.1- Limitações do estudo**

Chegados ao termo do nosso trabalho, ficamos com o sentimento de que demos um contributo para um conhecimento da realidade do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco, pensando também que estes dados agora organizados e interpretados, sirvam de suporte metodológico para outros projetos nesta temática.

O nosso trabalho desde o seu início nunca teve a intenção de se chegar a certezas absolutas ou a conclusões definitivas.

Tivemos perfeita consciência de que atendendo à escassez de investigações a nível local e até mesmo nacional, nesta temática, não foi possível estabelecer comparações que dariam ao nosso trabalho outra dimensão. No entanto, os resultados obtidos revelaram-nos a realidade atual do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco, no decorrer dos dois últimos programas do Desporto Escolar.

## 5.2- Recomendação para o Futuro do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco

Considerando o que nos diz a Sociedade Portuguesa de Educação Física e Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física, (2011), que,

o desenvolvimento do Desporto Escolar não se pode basear no desconhecimento e na limitação das possibilidades de trabalho da escola atual e das dinâmicas, a partir de posições e interesses estranhos à missão educativa da escola e aos processos de formação desportiva dos alunos. É a escola portuguesa, a sua estrutura e dinâmica, que deve constituir a chave para o desenvolvimento da formação desportiva generalizada a toda a população, ou seja, em benefício da formação desportiva das crianças e jovens, das suas aptidões, conhecimentos e atitudes. Para isso, torna-se necessário reafirmar o papel fundamental do Desporto Escolar na formação dos jovens em idade escolar, como atividade de extensão e aprofundamento da sua formação na disciplina de Educação Física, disciplina da formação geral de caráter imprescindível do primeiro ao décimo segundo ano de escolaridade. (p.2)

No momento em que finda o Programa do Desporto Escolar 2009/2013 e se elabora o novo programa de Desporto Escolar 2013/2017, considerando o Desporto Escolar como uma peça chave, estratégica, para a formação de hábitos de prática desportiva, ao longo da vida, como promotor de valores fundamentais para a formação do caráter dos jovens, como elemento precursor da promoção da saúde dos cidadãos, como elemento fundamental da sua cidadania e como pedra de base do desenvolvimento do desporto e da aquisição de uma sólida cultura desportiva. (Documento final, comissão de reavaliação do Desporto Escolar, 2006, p.2)

Posto isto, e sendo agora conhecidos os dados sobre a atividade externa do Desporto Escolar no distrito de Castelo Branco, resultantes da aplicação dos dois últimos Programas do Desporto Escolar, permitem a partir deste ponto, dimensionar e efetuar escolhas, para melhorar o envolvimento dos alunos e atingir os objetivos a que o Desporto Escolar se propõe.

Assim, no distrito de Castelo Branco sugere-se uma aposta em grupos equipa de modalidades que apresentam quadros competitivos locais, regionais e nacionais. Não discriminando as modalidades sem quadro competitivo nacional e nas quais tem sido feito muito bom trabalho, envolvendo estas muitos alunos nos quadros competitivos locais.

Apostar na criação de mais grupos/equipa para alunos com necessidades educativas especiais. Criação de grupos/equipa na modalidade de andebol feminino (modalidade com quadro competitivo nacional), pois esta modalidade no escalão referido não existe no distrito de Castelo Branco.

Aumentar a criação de grupos/equipa femininos, nos diferentes escalões, pois são neste género, os que apresentam menor envolvimento, com a exceção da modalidade de atividades rítmicas expressivas, basquetebol e desportos gímnicos.

Partilhando da opinião de Sobral, F. (2012), consideramos ainda fundamental para atingir os propósitos já referidos, garantir a informação e formação permanentes dos professores de educação física (e outros) para a intervenção especializada que a formação desportiva requer.

Consideramos também necessário estar atentos às motivações dos jovens, pois sem a adesão destes ao Desporto Escolar, não haverá transformações significativas deste nas escolas.

Será também importante que o Desporto Escolar proporcione experiências e oportunidades gratificantes, de forma a desenvolver naqueles que tenham condições, enveredar por um trabalho de preparação desportiva de excelência.

Valorizar as conquistas desportivas na vida escolar dos alunos para o seu curriculum vitae.

Estar atentos em relação aos alunos/atletas que iniciam o seu percurso para a alta competição no Desporto Escolar, necessitando estes de orientação e acompanhamento adequado nesse percurso, cuja fase crítica se situa entre os catorze e os dezoito anos. Quer dizer, que coincide esta fase exatamente com o período de maior exigência na vida escolar, de forma, a que se possa conjugar a formação desportiva com a formação escolar (Sobral, F., 2012).

# Referências Bibliográficas

- Azevedo, M. (2003). Teses, relatórios e trabalhos escolares - sugestões para estruturação da escrita, (3ª edição). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Bento, J. (1989). Para uma formação desportivo-corporal na escola. Edições Livros Horizonte.
- Carvalho, A. M., (1987). Desporto escolar, inovação pedagógica e nova escola. Lisboa: Editorial Caminho. ISBN: 9789722102735.
- Comissão de Reavaliação do Desporto Escolar, (2006). Documento Final. Elaborado nos termos do Despacho Conjunto nº 268/2006, de 23 de março.
- Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física & Sociedade Portuguesa de Educação Física, (2011). Desporto Escolar - Sugestões de melhoria do projeto. Lisboa.
- Costa, V. (2009). Hábitos desportivos dos jovens do interior norte e litoral norte de Portugal. Rev. Port. Cien. Desp., nov., vol.9, no.2, p.46-55.
- Fraille A. (coord.) & Otros (2004). El deporte escolar en el siglo XXI: análisis y debate desde una perspectiva europea. Barcelona. Graó.
- Guimarães, M. (2005). Desporto Escolar em Portugal - Percursos sinuosos. Comunicação apresentada no congresso de Desporto - Um Compromisso Nacional, Porto.
- Gonçalves, C. (2002). Dossier Desporto Escolar: Parte I. Revista Horizonte, Vol. XVII - nº102, p.1-3.
- Sousa, J. (2006). Desporto Escolar: um instrumento estratégico para o desenvolvimento de Portugal. Recuperado em 2013, fevereiro 16, de [http://www.congressododesporto.gov.pt/ficheiros%5CContributo\\_Desp.Escolar\\_JorgeSou sa.pdf](http://www.congressododesporto.gov.pt/ficheiros%5CContributo_Desp.Escolar_JorgeSou sa.pdf)
- Marreiros, J. (2006). Desporto escolar: que realidade?. Chamusca. Edições Cosmos. ISBN: 9789727622719.
- Ministério da Educação (2003). Documento Orientador do Desenvolvimento do Desporto Escolar: Jogar pelo Futuro - Medidas e Metas para a década.
- Ministério da Educação (2007). Programa do Desporto Escolar para 2007-2009. Gabinete Coordenador do Desporto Escolar/ Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular. Lisboa.

- Ministério da Educação (2009). Programa do Desporto Escolar para 2009-2013. Gabinete Coordenador do Desporto Escolar/ Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular. Lisboa.
- Monteiro, J. (2001). Os Fatores de Exequibilidade do Desporto Escolar. *Revista Horizonte*, Vol. XVII, nº 100, p. 24-28.
- Mota, J. (1993). A Educação da Saúde: as crianças do séc. XX, os idosos do séc. XXI. *Revista Horizonte*, nº58, p.143-146.
- Mota, J (2001). A escola, a promoção da saúde e a condição física. Que relações. *Revista Horizonte*, Vol. XVII, nº 98. P. 33-36.
- Mota, R. (1997). A educação física e o desporto escolar. *Horizonte. Revista de Educação Física e Desporto*. Lisboa. Vol. XIII, nº76, Dossier.
- Mota, R. (2003). Desporto Escolar Organização, Dinamização da Atividade Interna. *Revista Horizonte*, Vol. XIX, 109, Dossier, pp. 1-8.
- Ketele, J-M., & Roegiers, X. (1993). Metodologia da recolha de dados. Fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas e de estudos de documentos. Lisboa. Instituto Piaget.
- Pereira, M. (2003). Contributo para o estudo da realidade do Desporto Escolar na modalidade de atletismo para alunos com Necessidades Educativas Especiais com deficiência mental. Tese de mestrado inédita, Universidade do Porto, Faculdade de Ciências do desporto e de Educação Física.
- Pires, G. (1991). O Desporto Escolar - No Quadro da reforma do sistema educativo - Da organização do passado à organização do Futuro. Comunicação apresentada no 2º congresso de Educação Física, Tróia.
- Pina, M. (1991). Desporto Escolar da organização do passado à organização do futuro, Lisboa, revista *Horizonte*, Vol. X, nº 60, março/abril, p. I-VIII.
- Pina, M. (1994). Desporto escolar da organização do Passado à organização do futuro. *Revista de Educação Física e Desporto*. Lisboa. Vol. X, nº60, Dossier.
- Pina, M. (1995). Desporto escolar na última década. *Revista de Educação Física e Desporto*. Lisboa. Vol. XII, nº69, Dossier.
- Pina, M., (1995). O núcleo/clube escolar génese do modelo organizativo do futuro. *Revista de Educação Física e Desporto*. Lisboa. Vol. XI, nº65, Dossier.
- Rebelo, A. (1999). Motivos e causas do sucesso no desporto escolar. Tese de mestrado inédita, Universidade do Porto, Faculdade de ciências do Desporto e Educação Física.

Sobral, F. (2012). Desporto escolar? Sim, mas...(I). Coletividade Desportiva olhares sobre o desporto. Disponível em:  
<http://colectividadedesportiva.blogspot.pt/search?q=desporto+escolar?+sim,+mas>

Sousa, J. e Magalhães, J. (2006). Desporto Escolar: um retrato. Editorial do Ministério da Educação. ISBN: 972-742-229-2.

Sousa, M. (2004). O desporto escolar no concelho de Viseu: Que realidade, que motivação dos jovens para a sua prática? Tese de Mestrado não publicada, Universidade do Porto - Faculdade de Ciências do Desporto, e Educação Física, Porto.

Santos, J. (2009). Atributos da qualidade da competição desportiva escolar: estudo comparativo entre as perceções dos praticantes e respetivos encarregados de educação. Tese de mestrado inédita, Universidade da Madeira, Departamento de Educação Física e Desporto.

Silva, L. (1991). Desporto Escolar - atividade não curricular mas de complemento curricular. Revista Schola, Vol.7, maio. p. 22-25.

Sousa, J. & Magalhães, J. (2006). Desporto Escolar - um retrato. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação. ISBN: 972-742-229-2.

#### Legislação consultada:

Constituição da República Portuguesa (Coimbra: Almedina, 2002)

Decreto-Lei nº 694/74, de 5 de dezembro

Decreto-Lei nº 554/77, de 31 de dezembro

Decreto-Lei nº 197/79, 29 de junho

Decreto-Lei nº 150/86, 18 de junho

Decreto-Lei nº 3/87, de 3 de janeiro

Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de agosto

Decreto-Lei nº 361/89, 18 de outubro

Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de fevereiro

Decreto-Lei nº 133/93, de 26 de abril

Decreto-Lei nº 141/93, de 26 de abril

Decreto-Lei nº 143/93, de 26 de abril

Decreto-Lei nº 115/95, de 29 de maio

Decreto-Lei nº 165/96, de 5 de setembro

Decreto-Lei nº 208/2002, 17 de outubro

Decreto-Lei nº 317/2002, de 27 de dezembro

Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro

Decreto-Lei nº 96/2003, de 7 de maio

Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março

Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril

Decreto-Lei nº 14/2012, de 20 de janeiro  
Decreto Regulamentar nº 17/2004, 28 de abril  
Despacho nº 87/ME/89, 30 de maio  
Despacho nº 1/SEAM/SESE/92, de 8 de janeiro  
Despacho nº 108-A/ME/92, de 22 de julho  
Despacho nº 15322/2007, de 12 de julho  
Despacho nº 5328/2011, de 28 de março  
Despacho normativo nº 13-A/2012, de 5 de junho  
Despacho nº 9486-A/2012, de 12 de julho  
Despacho nº 13608/2012 DR. Nº 203, Série II de 19 de outubro  
Lei nº 46/86, de 14 de outubro  
Lei nº 1/90, de 13 de janeiro  
Portaria nº 434/78, 2 de agosto  
Portaria nº 258/2012, de 28 de agosto

